



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLI — Nº 033

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 1986

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 52ª SESSÃO CONJUNTA, EM 23 DE ABRIL DE 1986

SESSÃO SOLENE DESTINADA A HOMENAGEAR A MEMÓRIA DO PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, PELO TRANSCURSO DO PRIMEIRO ANO DE SEU FALECIMENTO.

2 — ATA DA 53ª SESSÃO CONJUNTA, EM 23 DE ABRIL DE 1986

2.1 — ABERTURA

2.2.1 — Comunicação da Presidência

Inclusão, em Ordem do Dia, de matéria em regime de urgência.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 81, de 1980 (nº 5.047/81, na Câmara dos Deputados), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que dá nova redação ao dispositivo do Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências. *Discussão encerrada*, ficando a votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1985 (nº 5.078/85, na origem), que dispõe sobre a reestruturação da Defensoria de Ofício da Justiça Militar e dá outras providências. *Discussão encerrada*, ficando a votação adiada por falta de quorum.

2.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 15 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 54ª SESSÃO CONJUNTA, EM 23 DE ABRIL DE 1986

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JOSÉ FREJAT — Pretensões intervencionistas do Presidente norte-americano Ronald Reagan com relação à Nicarágua.

DEPUTADO DIONÍSIO HAGE — Necrológico do jornalista Rômulo Maiorana.

DEPUTADO MAURÍLIO FERREIRA LIMA — Críticas ao enquadramento na Lei na Segurança Nacional dos ex-militantes do PT, responsáveis pelo fracassado assalto a agência do Banco do Brasil em Salvador.

DEPUTADO JOSÉ GENOINO — Desmentindo as notícias atribuindo a S. Exª proposta de corte de diárias aos servidores do Legislativo.

DEPUTADO JOSÉ MENDONÇA DE MARAIS — Preocupações de S. Exª com relação à elevação dos juros agrícolas, em estudo na área econômica.

DEPUTADO BRABO DE CARVALHO — Homenagem de pesar pelo falecimento do jornalista Rômulo Maiorana.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Considerações sobre o Projeto de Lei nº 1.059/83, na Câmara dos Deputados, de autoria de S. Exª, que proíbe, em todo o Território Nacional, a importação, fabricação e venda de brinquedos infantis sob forma de instrumento de morte ou arma de guerra, arquivado em virtude de pareceres contrários das comissões técnicas.

DEPUTADO MENDES BOTELHO — Denúncia de demissão do Sr. Durval Santana, funcionário da Companhia Brasileira de Trens Urbanos — CBTU, em São Paulo, por ter concedido entrevista à imprensa, relatando as condições de trabalho e falta de segurança dos trens daquela empresa.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Visita de autoridades da Secretaria de Segurança de São Paulo à bancada paulista do PMDB, para prestar esclarecimento sobre o trabalho que vem sendo feito pela Polícia com vistas à segurança do paulistano.

DEPUTADO HUGO MARDINI — Artigo do jornalista Emílio Falcão, publicado no *Correio Brasileiro* de hoje, sob o título "Ratoeira no Gólgota",

apontando incoerências no pacote econômico do Governo.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Homenagem prestada pelo Conselho Federal de Educação ao Prof. Paulo Nathanael Pereira de Souza.

DEPUTADA IRMA PASSONI — Protesto contra o uso indevido da sigla do PT na denominação dos assaltantes do Banco do Brasil; em Salvador. Observações sobre a redução de conquistas salariais de servidores do Legislativo. Explicação do anteprojeto de Constituição elaborado pelo jurista Fábio Comparato.

DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON, como Líder — Análise do Relatório Anual da Diretoria da RFFSA, relativo ao exercício de 1985.

DEPUTADO AMAURY MÜLLER, como Líder — Morosidade da Reforma Agrária. Insensibilidade dos Ministros da Agricultura e da Fazenda com relação ao problema do cooperativismo gaúcho.

DEPUTADO SEBASTIÃO NERY, como Líder — Reiterando apelo ao Ministério do Trabalho e à SUNAB em favor de atendimento de reivindicações dos trabalhos dos trabalhadores na indústria de hotelaria.

DEPUTADA LÚCIA VIVEIROS — Homenagem póstuma ao jornalista Rômulo Maiorana.

DEPUTADO ISRAEL DIAS-NOVAES — Reformulação da política nacional do cinema.

DEPUTADO WILMAR PALIS — Reivindicações dos trabalhadores em educação pertencentes a instituições privadas.

3.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

3.2.3 — Questão de Ordem

Levantada pelo Sr. Antônio Mazurek e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

3.3 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS****Diretor-Geral do Senado Federal****JOSÉ LUCENA DANTAS****Diretor Executivo****JOÃO DE MORAIS SILVA****Diretor Administrativo****MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA****Diretor Industrial****PEDRO ALVES RIBEIRO****Diretor Adjunto****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

Ata da 52ª Sessão Conjunta, em 23 de abril de 1986**4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura****Presidência do Sr. José Fragelli****ÀS 15 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Helvídio Nunes — Cesar Cals — José Lins — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Luiz Viana — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Jamil Haddad — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Benedito Ferreira — Gastão Müller — José Fragelli — Enéas Faria — Jaison Barreto — Ivan Bonato — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:**Acre**

Alércio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; Nossier Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Josué de Souza — PFL; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PMDB; Leonidas Rachid — PFL; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curio — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana

— PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Sarney Filho — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Carlos Oliveira — PMDB; Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS.

Ceará

Cláudio Philomeno — PFL; Evandro Ayres de Moura — PFL; Furtado Leite — PFL; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PFL.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PFL; Jessé Freire — PFL; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; José Maranhão — PMDB; Juracy Palhano — PDS; Octacílio Queiroz — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Burity — PTB.

Pernambuco

Airon Rios — PFL; Antônio Farias — PDS; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PFL; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; José Thomaz Nonô — PFL; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS.

Bahia

Antônio Osório — PTB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PFL; Domingos Leonelli — PMDB; Eraldo Tinoco — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Hélio Correia — PFL; Jairo Azi — PFL; João Alves — PFL; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PMDB; Manoel Novaes — PFL; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB.

Rio de Janeiro

Aginaldo Timóteo — PDS; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PMDB; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Airton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PCB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PTB; Aurélio Peres — PC do B; Bete Mendes — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PFL; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB.

Goias

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Jonas Pinheiro — PFL; Márcio Lacerda — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PFL; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PFL; Nelson Friedrich — PMDB; Oscar Alves — PFL; Paulo Marques — PMDB; Santos Filho — PFL.

Santa Catarina

Evaldo Amaral — PFL; Nelson Morro — PDS; Pedro Colin — PFL.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Paulo Mincaron — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ardenghi — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PMDB; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Declaro aberta a presente sessão, que, atendendo a requerimento do nobre Deputado Fernando Lyra, destina-se a homenagear solenemente a memória do Presidente Tancredo de Almeida Neves pelo transcurso do primeiro ano do seu falecimento.

Tenho a honra de convidar o Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dr. Marco Antônio Maciel, representante de S. Ex^a o Sr. Presidente da República, a compor a Mesa. (Palmas.)

Convido S. Ex^a o Sr. Ministro Márcio Moreira Alves, eminente Presidente do Supremo Tribunal Federal, a tomar assento à Mesa. (Palmas.)

Ouviremos agora o Hino Nacional, cantado pelo Coral do Departamento de Imprensa Nacional.

(Com a assistência de pé, é executado o Hino Nacional brasileiro.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Lyra.

O SR. FERNANDO LYRA (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso) — Exm^o Sr. Senador José Fragelli, Presidente do Congresso Nacional; Exm^o Sr. Deputado Humberto Souto, Presidente em exercício da Câmara dos Deputados; Exm^o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Moreira Alves; Exm^o Sr. Núncio Apostólico; Exm^o Sr. Governador de Minas Gerais, Dr. Hélio Garcia; Exm^{os} Srs. Ministros de Estado; Exm^{os} Srs. Embaixadores; Exm^{os} Srs. Ministros de Tribunais Superiores; Senhores e Senhores Congressistas; D. Risoleta Neves, Sra. Inês Maria e Sr. Aécio Neves Cunha.

(LEITURA.)

Hoje as duas Casas do Congresso estão reunidas para render sua homenagem ao Homem predestinado que abriu à Nação brasileira um novo tempo, resgatando a esperança da restauração da justiça e dos direitos fundamentais da pessoa humana, mesmo com o sacrifício de sua existência.

Os novos ares da vida brasileira têm o toque de Tancredo Neves. São a materialização gradual dos seus sonhos, das suas promessas e dos seus compromissos. A Nação transformada é fruto do empenho e da dedicação dos homens que ajudam a administrar esses desafios: Traduz os anseios da multidão que, em mobilização cívica de proporções jamais vistas, foi às ruas pedir pão e democracia. Mas teve nele, em seu carisma, em sua capacidade de liderança, construídos à custa da dedicação à causa pública e à retidão do caráter, o grande intérprete, o forjador do amálgama agora indestrutível entre povo e Governo.

Graças a ele, o País se transforma. As medidas na área econômica são a resposta aos apelos dramáticos que a Nação lhe dirigiu em praça pública, criando momentos triunfais e inesquecíveis da nossa história. A morte não invalidou seus compromissos. O Presidente José Sarney assumiu-os por inteiro e agora os resgata, como seus e de Tancredo Neves.

A constatação de tantas mudanças e a caminhada vigorosa da nacionalidade rumo ao fortalecimento de seus valores mais fundamentais levam-nos à conclusão de que a maior homenagem desta Casa ao grande estadista, muito mais do que a exaltação da sua dedicação e luta, é transformar-se, engajando-se nesse esforço realizado até com sacrifícios, mas sem vacilações, pelo bravo povo brasileiro.

Do tranqüilo cidadão das classes média e alta, com patrimônio lastreado em bens de raiz ou papéis financeiros, ao humilde trabalhador, cuja única posse é a disposição para o trabalho, todos mudaram. Milhões de nós, heroicamente, dão sua quota de sacrifício para essa metamorfose social, econômica e política.

Como integrantes da nacionalidade e entusiastas das transformações, nós, que também somos o Parlamento, precisamos mudar.

Durante os longos anos de hibernação do clamor nacional por democracia, esta Casa foi o abrigo dos que escaparam ao recente holocausto. Foi neste ambiente, entre estas paredes, que, como muitos outros, Tancredo Neves retemperou suas convicções e reforçou sua disposição de buscar o povo e, junto com ele, fazer tremular nas ruas, indômita, a bandeira da restauração democrática.

Daqui, deste poder mutilado, mas que soube manter ativa a chama da liberdade e viva a fidelidade à representação popular, Tancredo Neves se retemperou para prestar os seus bons ofícios a Minas, como o Governador, e ao Brasil, como líder de uma revolução pacífica, na mesma medida dos seus sonhos.

Foi um papel grandioso o desempenho por esta Casa, de valor imensurável para a causa democrática. Por fidelidade a ele, não podemos permanecer estáticos no deslumbramento da ousadia cívica que soubemos ter. Foi um momento triunfal e consagrador, por isso efêmero.

A realização permanente, o sabor pleno do dever cumprido está em nossa capacidade de entender o novo momento e saber adaptarmo-nos aos novos tempos.

Nesse momento em que toda a sociedade se moderniza, em que mudam as próprias relações de capital e se revaloriza o conceito de trabalho, cumpre a esta Casa dar também mais um passo à frente, para não ficar a reboque dos acontecimentos e manter-se fiel ao seu próprio caráter, de síntese da vontade do povo que representa.

Precisamos ficar à altura dos novos tempos, e isso implica a revisão conceitual do papel que até agora desempenhamos, independentemente dos avanços que com ele proporcionamos.

Fomos porta-vozes dos anseios e aspirações da alma brasileira, reclusa e emudecida durante duas décadas. É inegável. Mas, ainda agora, como há vinte anos, continuamos meros espectadores e ratificadores dos atos do Executivo.

Se os tempos são outros, também precisamos recuperar a nossa luz própria, a nossa identidade. Isso significa romper o anacronismo que nos atrela e nos associa a instituições superadas em desuso e inoperantes. Tornou-se insuportável para nós e para os que representamos a função de meros ouvintes da reivindicação das bases, sem capacidade de canalizá-la e de alguma forma transformá-la em ação executiva, e de simples espectador dos atos do Governo.

Este novo tempo exige ação. Não apenas no sentido do retorno às prerrogativas do passado, mas do desempenho de um novo papel que este Congresso nunca exerceu antes.

Precisamos recuperar a nossa independência como poder, não pelo interesse mesquinho da imunidade pessoal, mas pela capacidade de ela inerente de influirmos na concepção das regras que regerão o Brasil do futuro.

Não basta apenas recuperar o nosso poder de legislar. Urge repensá-lo, se de fato desejamos mantê-lo sincronizado ao regime que estamos construindo.

Ninguém, por mais desprendido que seja, aceita, sem reservas, admitir erros e mudanças. Não deixa de ser doloroso reconhecer falhas, nem é tão fácil mudar hábitos e procedimentos. Contudo, este é o sacrifício que a realidade nos impõe, se, de fato, desejamos ser a síntese da sociedade.

Terá de ser uma mudança de mentalidade e também material. Para ocupar nosso espaço, para assumir a parcela de decisão que nos cabe, mas que nunca nos propusemos a usufruir, vamos ter de abrir mão de pequenos privilégios, próprios da falsa impressão de poder.

Como os parlamentos modernos, teremos de abdicar da iniciativa legislativa pessoal, sacrificando a popularidade imediata, em troca do fortalecimento de outros mecanismos de que já dispomos, como as comissões técnicas, mas que nos permitirão influir de fato no processo decisório.

Ao lado da mudança da concepção do Legislativo, do entendimento de que esta Casa precisa ter pelo menos o poder de sustar medidas lesivas ao interesse nacional, quando não o papel internacionalmente consagrado de propor políticas de Governo, impõe-se mudanças materiais como o aparelhamento técnico da Casa, pela "informatização" dos serviços e reforço das assessorias.

Talvez algum dos companheiros entenda estranha tal colocação em momento como este. No entanto, para mim a ocasião é oportuna. Afinal, falamos sobre Tancredo Neves, e não é de outro, senão dele, a promessa de que a Nova República "vai nascer revigorada no compromisso de fortalecer seus valores e símbolos". Não bastasse isso, foi dele que ouvimos outro compromisso: "A primeira tarefa do meu Governo é a de promover a organização institucional do Estado".

Este poder, durante toda a peregrinação cívica do nosso saudoso Presidente, foi por ele apontado como uma das grandes instituições a recuperar. Além disso, na sua vontade de "criar um Estado moderno, apto a administrar a Nação no futuro dinâmico que está sendo construído", o Congresso era considerado a pedra de toque da transformação.

Foi e é este Congresso a escola da paciência e do entendimento. Mas a Nação lhe pede mais. Quer que seu Parlamento se ajuste a este momento de grandeza histórica, que a sabedoria e a coragem de Tancredo soubessem construir.

A maior homenagem que podemos render ao grande parlamentar é a de assumir o espírito de transformação. É a de, conforme ele nos ensinou nas jornadas recentes, confiarmos no povo e, com ele, conquistar o futuro que merecemos.

Não poderia deixar de lembrar aqui D. Risoleta Neves, esta mulher admirável que soube ser conforto e amparo na longa caminhada de Tancredo Neves, da Câmara de Vereadores de São João Del-Rei à Presidência da República. Sua discrição e sua modéstia sempre ocultaram essa virtude, só trazida a público no martírio do nosso grande líder. À companheira na dor e na alegria, à mulher forte que soube consolar um povo inteiro no momento de maior comoção rendo minhas homenagens. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Moreira.

O SR. SÉRGIO MOREIRA (PMDB — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Fragelli, Sr. Presidente em exercício da Câmara dos Deputados, Deputado Humberto Souto, Ministro Moreira Alves, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Maciel, Ministro-Chefe da Casa Civil e representante do Exmº Sr. Presidente da República, Governador Hélio Garcia, Sr. Núncio Apostólico, Srs. Ministros de Estado, Srs. Oficiais Gerais, Embaixadores de nações amigas, Sr. Arcebispo de Brasília, Dona Risoleta Neves, Senhoras e Senhores Congressistas:

O Congresso Nacional — Casa do povo e de seus legítimos representantes — cresce cada vez que assume para si os desejos e sonhos que são da sociedade brasileira; quando se identifica com os valores democráticos e com o pensamento liberal de sua gente; quando sintoniza seu funcionamento e sua atuação com as correntes do pensamento progressista, empenhadas na construção de um mundo fraterno e um futuro de paz. Hoje, o Congresso Nacional se fortalece com mais um exemplo à Nação, quando homenageia o nosso ex-Presidente Tancredo de Almeida Neves.

Hoje, o Congresso Nacional abre suas portas para que a Nação preste mais uma homenagem a Tancredo Neves. Desta vez pela voz dos representantes do povo, componentes de um poder — o Legislativo — tantas vezes ofendido pela violência do arbítrio, mas tantas vezes defendido, apoiado e prestigiado pelo criador da Nova República.

Tancredo Neves sempre defendeu a plenitude democrática. Sua vida cheia de exemplos comprovava sua certeza da necessidade de convivermos em democracia, num regime sem discriminações. E para realização plena da democracia o Congresso Nacional — Câmara e Senado — tinha um papel todo especial. Foi aqui, no Congresso Nacional, que começamos a construção do projeto da Nova República. Foi aqui que enterramos o maldado Colégio Eleitoral e elegemos Tancredo Neves para Presidente da República.

O Congresso Nacional, trincheira da resistência democrática, é hoje palco de homenagem àquele que foi um dos seus mais ilustres membros. Tancredo Neves era um homem do convívio democrático, convívio que as Casas legislativas tão bem sabem ensinar-nos. De certa forma o Congresso Nacional está hoje homenageando a si mesmo, pois Tancredo Neves foi, antes de tudo, um parlamentar. Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador, fez um percurso inteiro e completo de um político maior que nos honramos em homenagear.

O meu partido, o partido de Tancredo Neves, PMDB, me indicou para ser um de seus representantes nesta sessão solene. Gostaria de poder cantar em versos esta homenagem que não é somente nossa, dizendo como Ferreira Gullar,

“Companheiro Tancredo Neves.

Não vou chamar você de excelência logo agora

Quando, mais que nosso Presidente,

Você é o irmão ferido

E que se vai”.

Tancredo Neves se foi e nós ficamos aqui prosseguindo sua luta e defendendo seus ideais.

É dispensável repetir aqui a trajetória da vida pública do Tancredo Neves. Desde que assumiu a tarefa de liderar a Frente Democrática no caminho da transição pacífica, que seu nome é lembrado e os fatos mais marcantes

de sua vida vão-se tornando cada vez mais conhecidos. Gostaria, sim, de falar da perplexidade de nossa gente ao perder seu líder maior; falar do futuro de nosso País sem Tancredo Neves e, principalmente, da presença de Tancredo Neves em nosso cotidiano, no dia-a-dia da política brasileira.

A permanência de Tancredo Neves na política nacional, nestes últimos cinquenta anos, nos indica o valor real desse estadista, que, caminhando desde o paço da Câmara Municipal de São João Del Rei chegou ao Palácio do Planalto.

Tancredo Neves passou pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, pela Câmara dos Deputados, por Ministérios da República, pelo Senado Federal, num percurso que durou meio século. Ensina-nos a história que ninguém, nenhum político percorre tanto tempo nesta senda sem se sustentar em um ideal, uma forma de agir e pensar, que contemple os anseios maiores de seu povo.

Tancredo Neves foi Vereador, Deputado Estadual, Ministro, Deputado Federal, Senador e Governador. Um longo percurso onde se destacava o traço vivo da sobriedade, a identificação com os valores sociais e o compromisso com a democracia.

Ninguém, nem mesmo seus mais ferrenhos adversários, tentou ou conseguiu ligar seu nome a qualquer incoerência, a uma falta menor. Ele era um espelho onde se devia mirar nossa juventude em busca de um exemplo de coerência e firmeza. Tancredo Neves trabalhou toda sua vida levando consigo a honradez no exercício do poder público. Suas mãos estiveram sempre limpas, distantes de qualquer incorreção. Que mais poderíamos exigir além deste comportamento retilíneo num universo de sinuosidade e acrobacias?

Tancredo era o exemplo a ser seguido.

Os mais céticos perguntavam a razão de ter sido o nome de Tancredo o escolhido para liderar a transição democrática, o homem a encarnar o sentimento de mudança, a figura política a sintetizar o futuro. A resposta era o passado e o presente do nosso querido Presidente. A credibilidade, a confiança adquirida em tão longo período de vida pública era o aval maior que poderíamos ter.

A habilidade de Tancredo Neves, tantas vezes cantada, sua força lógica de conciliador, seu poder de diálogo, nada disso existiria se por trás destas qualidades não estivessem a integridade moral, o equilíbrio responsável de um homem em quem todos nós confiávamos.

Foi neste momento, no final de duas décadas de ditadura, que Tancredo combateu com a força da palavra e do exemplo, que o nome do Governador mineiro se afirmou, tomou corpo e passou a ser sinônimo de esperança. Ferreira Gullar disse bem:

“Foi você que conduziu, de uma ponta a outra do País,

Acima de nossa cabeça;

Uma tocha de chama — verde como a esperança.

Esperança é uma palavra gasta

Mas não era a palavra, era a esperança mesma

Que você carregava

E que ainda luzia em suas mãos”.

Um país cansado de duas décadas de ditadura, de entrega de suas riquezas às empresas multinacionais, com uma população empobrecida e sofrendo as mais terríveis chagas sociais, encontrou em Tancredo Neves, e em seu projeto, uma saída de salvação nacional.

Nenhum estadista, nenhum líder político, nenhum chefe de governo sintetizou tanto os sofrimentos de sua época, de seu povo quanto Tancredo Neves, que, capitalizando a tradição pacifista do povo brasileiro e o desejo de mudanças, percorreu todo o País, entregando-se à missão de superar o período negro em que vivia o Brasil, para plantar, junto com o povo, as sementes da primavera democrática.

Tancredo resgatava o que de melhor havia nos sentimentos nacionais. Seu nome passava a ser sinônimo do bem. Sua campanha era uma cruzada contra o mal. Todos os projetos, todas as idéias, todos os sonhos eram somados neste caminhar.

Tancredo Neves era nosso líder na reconquista da democracia. Seus pronunciamentos deixavam claro a opção social de seu projeto. Houve uma ligação imediata. Nas praças, nos atos públicos, nos debates, em todos os quadrantes a conquista de uma nova era passou a ser o primordial. E seu nome era o símbolo dessa conquista.

De tanta violência, de tanto distanciamento do povo, de tantas medidas excludentes, com tanto medo do povo, o regime militar tinha definitivamente se divorciado do povo brasileiro. Comemorava-se o 7 de Setembro, falava-se de Pátria, mas a Pátria não existia, o povo não a sentia. A capanha democrática de Tancredo Neves resgatou-a. As cores verde e amarela tornaram-se, como num passe de mágica, novamente símbolo de amor ao País. A Pátria brasileira voltava a existir no coração de seus filhos.

E o poeta falava:

“Pátria é uma palavra gasta,

Mas Pátria é terra, Pátria é mãe

Embora muitos de nós, milhões de nós,

Ainda vagueiem pelas cidades e pelos campos;

Sem um penhor de uma igualdade

Que havemos de conquistar com o braço forte.”

Nesse momento, milhões de jovens que, como eu, desconheciam, por força do regime militar, a imagem do povo nas ruas, voltaram a enxergar a grandeza de ser brasileiro, não pela área geográfica, mas sim pela singularidade de uma gente sofrida, de um povo gigante que encheia parques, vales, avenidas, numa demonstração amadurecida de que queria encerrar um período histórico, virar uma página em nosso livro e viver em paz. Foi nesse crescendo que chegamos ao Colégio Eleitoral. E lá enteramos o regime militar.

Quis o destino que no dia de sua posse, quando o Brasil, engalanado, esperava a mudança de governo, o Presidente Tancredo Neves tivesse que ser operado. E o que aconteceu todos sabemos.

Os seus dias de agonia foram também dias de angústia para o povo brasileiro. Foram nesses dias que a Nação rezou unida à família Neves. Os mais variados credos, nas mais variadas línguas e dialetos buscaram forças para tentar salvar suas esperanças que estavam nas mãos de Tancredo Neves. Durante quase quarenta dias o povo brasileiro orava, pedia aos céus o milagre que não vinha. Nesses quarenta dias foi revelado um pouco do segredo de onde esse homem buscava forças para empreender a admirável jornada de uma vida pública incansável e impecável. Ao seu lado revelava-se Dona Risoleta Tolentino Neves, companheira inseparável nos momentos de alegria e sofrimento, que ainda reuniu forças para consolar a Nação. Que se sentia órfã daquele que foi o seu maior Presidente, ainda que não a tenha governado um dia sequer. Dona Risoleta foi no martírio de Tancredo a companheira fiel que passamos a amar e admirar pelo inquebrantável poder que a sua esperança impunha a todos nós.

O Brasil sofreu ao perder seu grande líder. O País, que em pouco mais de um quarto de século sofreu com o destino trágico de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart e Teotônio Vilela, exemplos de homens públicos de rara fidelidade aos anseios maiores de nosso povo, que Tancredo tão bem soube perseguir, parecia não acreditar nessa peça que a História lhe reservava.

Nesse rol de grandes vultos da nossa História recente, quero registrar, como alagoano, o papel desempenhado pela figura ímpar de Teotônio Vilela, um dos principais condutores da mobilização popular que, nos anos 70 e início da atual década, fez avançar o processo institucional brasileiro. Figura central das campanhas da anistia e pela derrubada do AI-5, Teotônio foi também um dos pioneiros da mobilização pelas eleições diretas, que, infelizmente, não vieram, mas permitiu a consolidação do processo que levou Tancredo à Presidência.

Milhões de brasileiros tinham, com a proximidade da morte de Tancredo Neves, o medo de que o sonho maior — a democracia — estando tão perto, pudesse fugir de suas mãos. A perplexidade tomava conta do País, o universo político se sentia abalado. Tancredo Neves era o ponto de equilíbrio entre todas as forças que lutavam pela transição democrática e pacífica de nossa Pátria.

Passados os primeiros momentos de dificuldade, o Brasil recompunha e Tancredo Neves continuava a imprimir seu papel dirigente. Suas idéias permaneciam vivas nas futuras decisões.

E aqui ressalto o papel histórico que souberam cumprir o então Vice-Presidente da República, José Sarney, e o Presidente nacional do PMDB e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, herdeiros maiores da tarefa gigantesca de tornar real e levar adiante o sonho do líder morto. Há um ano que a Nova República, obra do gênio

político de Tancredo, tem como suporte o pensamento liberal, o conteúdo progressista e a visão democrática que ele soube imprimir-lhe. Em cada ato ou iniciativa a presença de Tancredo é evidente. Pelos seus pronunciamentos ficaram claros os caminhos que o País deveria trilhar rumo a uma sociedade justa e fraterna. O pensamento de Tancredo Neves continua guiando as ações de seus seguidores.

Todos nós nos esforçamos para que a Nova República seja algo parecido com a República dos sonhos de Tancredo Neves.

Hoje, quando registramos um longo ano sem a presença física de Tancredo Neves, podemos dele nos lembrar na atividade diária de todos os cidadãos brasileiros. O País mudou e com ele a vida de seu povo. Não vemos mais o medo no rosto dos cidadãos, antes atormentados por defenderem seus ideais de forma clandestina. Nenhum brasileiro é impedido de pensar e agir segundo suas idéias. A democracia se instalou em nossa Pátria.

Mudanças. A palavra mágica "mudança" foi a galvanizadora desse movimento. E o Brasil mudou. Nesse espaço de tempo a Nova República mudou o País. Anistia efetiva, eleições diretas para Prefeitos das Capitais e Municípios antes considerados área de segurança nacional, legalização dos partidos clandestinos, reconhecimento das centrais sindicais, legalização da UNE e outras importantes medidas que são somadas à convocatória da próxima Assembleia Nacional Constituinte, quando o Brasil conhecerá um novo pacto político duradouro.

Mas o Governo da Nova República não ficou no campo da política institucional; avançou na área social e econômica. Para combater a carcomida estrutura sócio-econômica, lançou, numa iniciativa corajosa, o Plano de Estabilização Econômica, que conta com o apoio de trabalhadores e empresários.

Todas estas medidas foram aplaudidas. Pesquisas de opinião pública apontam o Governo da Nova República como o de maior apoio em toda a História brasileira. E o povo segue sua luta. Fiscalizando, participando, votando, opinando, enfim, vivendo a realidade que Tancredo apostou em construir. A Pátria brasileira, agradecida, presta-lhe homenagens; o povo, um povo em liberdade, rende-lhe uma homenagem maior: tem Tancredo no coração.

E o poeta tem sempre razão:

"Pátria é uma palavra gasta
mas no seio dela descansarás, Tancredo amigo,
no chão macio de São João del Rey,
amado pelo povo e à luz do céu profundo.
Povo também é uma palavra gasta
mas o povo — o povo mesmo — despertou
quando lhe prometeste uma Nova República,
iluminada ao sol do novo mundo.
Ela virá. E tu construirás conosco,
erguendo nossos braços, cantando em nossa boca,
caindo e levantando, como este povo,
em que, ao morrer, te transformaste."
Tancredo vive. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Amaral Peixoto.

O SR. AMARAL PEIXOTO (PDS — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Exmº Sr. Senador José Fragelli, Presidente do Senado Federal; Exmº Sr. Deputado Humberto Souto, Presidente da Câmara dos Deputados; Exmº Sr. Ministro Moreira Alves, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exmº Sr. Marco Maciel, Ministro-Chefe do Gabinete Civil e representante do Presidente da República; Exmº Sr. Governador do Distrito Federal, Deputado José Aparecido; Exmº Sr. Governador Hélio Garcia, de Minas Gerais; Exmº Sr. Nônio Apostólico; Exmºs Srs. Ministros de Estado; Exmºs Srs. Oficiais-Generais; Exmºs Embaixadores das Nações Amigas; Exmº Sr. Arcebispo de Brasília; Ilmª Srª Risoleta Neves; Srs. Congressistas, a morte de Tancredo Neves tocou-me de maneira tão intensa que, pela primeira vez em minha longa vida parlamentar, solicitei ser orador em sessão solene do Congresso Nacional. Razão-por que, em 29 de maio passado, subi a esta Tribuna para homenagear o saudoso amigo. Tinha certeza de que muitos dos nossos companheiros poderiam falar sobre Tancredo com muito mais brilho, porém, nenhum o faria com a mesma emoção.

Agora, a minha presença nesta Tribuna sucede de maneira diferente. Estava convencido de que, nesta Sessão, outro deveria ser o seu intérprete. No entanto, foi o nobre Líder da Maioria — Senador Alfredo Campos — quem me convidou para ser o orador pelo Senado Federal. Relutei. Consultando outros companheiros do PDS ouvi, insistentemente, inclusive do Líder Murilo Badaró, que deveria ser eu a ocupar novamente esta Tribuna, na homenagem a Tancredo Neves. Predominou o critério da ligação pessoal, da amizade por mais de quarenta anos, ao longo dos quais, juntamente, vivemos riscos, perigos, momentos trágicos, mas também inúmeras mudanças e transformações políticas no País.

Muito já foi dito sobre Tancredo. Do seu caráter sereno, conciliador, firme, se necessário pragmático, sem fugir aos compromissos assumidos. Muito ainda se poderia dizer e será dito. Quero aqui trazer o meu testemunho de fatos significativos. Quero lembrar que a transição tranqüila do Estado autoritário para a democracia, em nosso País, só foi possível por ter, como seu principal líder, Tancredo Neves, capaz de inspirar confiança, mesmo a seus adversários; manter a serenidade, até nos momentos mais intranqüilos; perseguir com lucidez, constância, pertinácia e senso de oportunidade os objetivos que se propunha.

Poderíamos, com certeza, afirmar que Tancredo Neves tinha estilo político próprio. Um estilo especial, em certo sentido, porém com muitos traços comuns com os que tiveram o discernimento político para se reunir e formar o Partido Social Democrático — o PSD — que, pela sua maneira de atuar na política nacional, fixou um comportamento e uma escola.

Tancredo, como poucos políticos, soube manter seu estilo e aprimorá-lo em sua longa vida política. Ajudou-o o fato de que, por sua cultura e sua inteligência, conseguiu, como poucos, usar a língua portuguesa, transformando seus discursos em expressivos instrumentos de persuasão.

Permito-me recordar fato ocorrido em 1972. Estava no Brasil o Presidente Américo Thomaz, acompanhando o traslado dos despojos do nosso Imperador D. Pedro I. Tancredo é o orador escolhido para saudar o Almirante português, em nome da Oposição da Câmara dos Deputados. Sento-me no Plenário ao lado de Ulysses Guimarães. O experimentado tribuno inicia o discurso, que vai num crescendo, em demonstração inequívoca de quem dominava, com elegância, o tema e os fatos históricos que descreve, encantando a todos que o ouviam. Em certo momento, Ulysses Guimarães virou-se para mim e sussurrou: "Mas é um monstro. O discurso que havia escrito era outro". Soube, depois, que tendo estado, na véspera, com o Presidente visitante, entendeu Tancredo que deveria mudar sua oração. Durante a noite, preparou um discurso de raro brilho, no qual sua cultura e conhecimento de tema ficaram sobejamente evidenciados. Cita Fernando Pessoa, discorre sobre as aventuras portuguesas na conquista dos mares, terras e povos, analisa a ação do romântico e destemido Pedro I, o Pedro IV de Portugal.

Se a bravura, patriotismo e fidelidade são os traços principais que identificou no Imperador, nós não hesitaríamos em dizer que são estes mesmos traços que identificam Tancredo Neves, no Governo, ou na Oposição.

Naqueles períodos mais sombrios, que tornavam bastante difíceis o fazer oposição no País, Tancredo nunca faltou. Embora não fizéssemos parte da Comissão Executiva do Diretório Nacional do PMDB, sempre éramos convocados, ele e eu, por seu Presidente, Deputado Oscar Passos, para participar das reuniões nas quais seriam tomadas as decisões mais importantes. Procurava-se, deste modo, que vezes experimentadas fossem ouvidas, e Tancredo, sempre presente, manifestando-se no sentido da ponderação e do equilíbrio, mas com bravura e sem se intimidar com as condições então existentes, procurando que o sentido da conciliação sempre fosse aquele a presidir as decisões. Como testemunho desta posição transcrevo trecho do discurso que pronunciou em 26 de abril de 1978. Afirmava Tancredo:

"Nos regimes democráticos, o que caracteriza e enobrece os governos é a sua capacidade de tolerância e compreensão. É a vocação permanente para o entendimento, a busca constante e tenaz da conciliação. Nas horas críticas das nacionalidades, quando o cataclisma dos fenômenos sociais sacode os

seus alicerces, nos períodos de crise aguda, quando estão eclipsados os seus valores perenes, só a conciliação das forças em antagonismos fornece os recursos indispensáveis à união das aspirações, na sincera unificação dos esforços para o soerguimento da Nação combatida, aflita, angustiada e insegura quanto aos rumos do seu futuro". E afirma Tancredo, veementemente: "hoje, governar o Brasil é conciliar, e conciliar enquanto é tempo".

Não foi outro o critério que pautou meu comportamento, em 1984, quanto tentei, sem sucesso, a busca de um amplo entendimento para encontrar uma solução conciliatória na sucessão presidencial e na qual Tancredo, com o qual discuti a questão, seria um dos principais artífices.

Eram estes os traços constantes em sua ação política. Recordo-me de que, naquela difícil madrugada de agosto de 1954, após a reunião do Ministério com o Presidente Vargas, juntei-me a Oswaldo Aranha e Tancredo para redigirmos a nota oficial. A tensão dominava o ambiente e as pessoas. A paixão facilmente poderia superar todos os outros sentimentos. A serenidade, contudo, foi a tônica. Para tanto a participação de Tancredo foi fundamental.

Durante todo o Governo do Presidente João Goulart, sentindo que o regime não estava consolidado — como fatos posteriores iriam demonstrar — Tancredo Neves lutou, cotidiana e denodadamente, seja no Governo, seja fora dele, seja no partido ou fora deste, para consolidação do Governo. Lamentavelmente, fatos por demais conhecidos não permitiram o êxito em sua luta.

Um dos discursos mais significativos dos últimos tempos, no Senado, foi sem dúvida a despedida de Tancredo Neves daquela Casa, para assumir o Governo de seu Estado. Recebeu apertes dos líderes partidários, bem como de praticamente todas as expressivas figuras do Senado. De minha parte, considerei que por termos vivido, tantas vezes unidos, os momentos mais difíceis da história recente do País, deveria trazer meu testemunho da grandeza de sua vida política. Deixei claro, ainda, que não ousaria dar-lhe conselhos, mas alertava que do êxito dos Governadores eleitos dependeria, em grande parte, o futuro da democracia no País. A injustificável prevenção contra o mundo político seria superada, significativamente, por uma conduta correta dos eleitos para a chefia dos executivos estaduais. Tancredo Neves honrou, e não podia ser diferente, com sua ação, o período em que chefiou o Governo de Minas. Soube dignificar a administração e a ação política. A tônica de seu Governo foi a austeridade. E este correto comportamento em muito o credenciou para ser aceito como líder da transição democrática.

Os longos anos que já vivi, possibilitando conhecer e conviver com tantos homens públicos, me permitem extravasar sentimentos. E o quero fazer neste momento. Confesso que poucas coisas me orgulharam tanto quanto a resposta que Tancredo Neves deu a meu aparte naquele discurso. Considero de tamanha significação que o coloquei na abertura do livro que dentro em pouco estarei publicando. E o fiz, não movido pela vaidade, senão pelo desejo de ter presente seu julgamento sobre minha longa vida pública.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, falar sobre Tancredo Neves, em nome do Senado Federal, nesta sessão solene é, antes do mais, homenagear o homem público que, com devotamento, probidade, honradez soube servir ao País e aos brasileiros. Gostaria, já para ir terminando este discurso, de trazer o testemunho de sua por demais conhecida dignidade. Afastado do Congresso Nacional, por não ter concorrido às eleições, em 54, impedido pelo fato de não haver se desincompatibilizado do Ministério, demonstrei a Juscelino Kubitschek ser imprescindível sua presença na campanha presidencial, como a de mais alguns poucos correligionários do PSD. Juscelino buscou encontrar solução para que esses companheiros tivessem as condições de sobrevivência no Rio de Janeiro. Consultado, Tancredo deixou claro que, embora não sendo homem de posses, tinha como manter-se e não nos deveríamos preocupar, pois estava pronto para servir ao Partido e ao candidato. Por sua grandeza, não procurou aproveitar-se da situação. Muito pelo contrário, buscou servir, pois essa era a sua maior vocação.

Tancredo soube, servindo com autenticidade, com honradez, com sensibilidade e com grandeza tecer os fios

que permitiram ser levado ao cargo mais alto da República onde enfrentaria o maior desafio da sua vida; o de aperfeiçoar o processo de desenvolvimento político, social e econômico do Brasil. Outros fios, tecidos pelo inexorável destino, não permitiram, contudo, a realização de seu projeto mais significativo. A sua ausência física será lembrada não só por seus parentes, simbolizados na excelsa figura desta grande dama que é Risoleta de Almeida Neves, mas por toda a Nação, que até hoje lamenta seu desaparecimento. Buscando diminuir esta ausência, em 25 de abril apresentei, no Senado, Projeto de Lei incluindo Tancredo de Almeida Neves na galeria dos ex-Presidentes da República. Procurava mais uma maneira de homenageá-lo e mantê-lo na História pátria. Projeto semelhante foi apresentado pelo Deputado Jorge Carone, na Câmara. Em certo momento, foram fundidas e já se transformaram em lei. Não serão, contudo, prefeitos legais que farão com que Tancredo Neves esteja presente. Estará presente, pois não de se repetir fatos como aquele descrito, há poucos dias, por Mauro Sales, seu auxiliar e amigo dedicado. Foi uma tocante cena no cemitério de São João Del Rei. Uma menina e uma mulher aproximam-se de um túmulo: o de Tancredo. Ela levava uma pequena bandeira brasileira, com as cores já esmaecidas. A mãe levava uma rosa. Bandeira e rosa são depositadas respeitosa e silenciosamente sobre a campa. E caídas, como chegaram, foram-se embora. Aquela bandeira e aquela rosa são de todos nós, por que elas, mãe e filha, representam todo o povo brasileiro. A presença de Tancredo será sempre constante, pois, como bem lembrou em discurso homenageando Tiradentes: "As grandes causas que transformam o mundo, mesmo que triunfem pela ação dos pensadores políticos, nem sempre prescindem da presença dos mártires, que a elas ofereciam o holocausto da sua paixão e da sua vida".

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, procuro, como fiz no ano passado, palavras de Tancredo Neves para a conclusão deste discurso. Transcrevo, pois, o que disse, no Congresso Nacional, homenageando o grande mineiro Antônio Carlos. Este pronunciamento de Tancredo, es-

tas palavras são a ele próprio integralmente aplicáveis. "Os homens como ele, a despeito da morte, não se desfazem no esquecimento. Mas, ao contrário, avultam tanto mais se distanciam, adquirindo a dimensão dos seres trabalhados para a imortalidade".

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Exmº Sr. Deputado Humberto Souto, Presidente em exercício da Câmara dos Deputados, Exmº Ministro Moreira Alves, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Exmº Sr. Senador Marco Maciel, Ministro Chefe do Gabinete Civil e representante do Sr. Presidente da República, Exmº Sr. Governador do Distrito Federal, Deputado José Aparecido, Exmº Sr. Governador Hélio Garcia, de Minas Gerais, Exmº Sr. Núncio Apostólico, Exmº Srs. Ministros de Estado, Exmºs Srs. Oficiais Gerais, Exmºs Srs. Embaixadores das Nações amigas, Exmº Arcebispo de Brasília, Exmª Srª Dona Risoleta Neves, membros da família de Tancredo Neves aqui presentes, Srs. Senadores, Srs. Deputados.

Há um ano era a dor. O povo, que devia comemorar Tiradentes, chorava Tancredo. Morria o homem cuja alma se havia transformado no estuário dos anseios e das esperanças de todo povo brasileiro. Mas a dor é salvadora e não é sem razão que Guerra Junqueiro a chamou de filha de Deus, mãe do Universo. As nações, como os indivíduos, se retemperam no sofrimento. E foi aquela grande, imensa dor coletiva, o Gênesis da redenção nacional.

Apagou-se a vida do homem, mas não a chama de seu ideário e a força e o estímulo das suas propostas. Idéias, energia e impulso que sustentaram a Nova República naquelas primeiras horas de angústia, transfundindo-lhe inspiração e coragem para cumprir a missão que a sociedade brasileira dela esperava. É essa chama que, depois de unir o povo na festa da restauração democrática e nas horas sombrias e incertas da agonia e da despedida do seu líder, congrega, agora, em torno do Presidente José Sarney, na cruzada do cruzado, na batalha decisiva da reestruturação econômica. As mudanças que se proces-

sam no País nestes 12 meses, pela profundidade e velocidade das suas realizações, pelo engajamento espontâneo e entusiástico do povo, têm algo de quase prodígio, que nos faz lembrar da lisonjeira observação de André Malraux, há cerca de 30 anos, quando disse que, pelo arrojo de iniciativas e cometimentos, o povo brasileiro eleva o milagre à categoria de instituição nacional.

Claro que o milagre exige a fé. Como constata o poeta, nem todos os sábios juntos escreveriam os Evangelhos. E enfatiza: "A língua do homem, sem a língua do fogo, não apostoliza, discursa; um doutor não é um Messias".

Tancredo, homem de fé profunda em Deus, na Liberdade, na democracia, no povo, não foi mero orador, mas apóstolo que, com língua de fogo, ao povo transmitiu suas crenças. E o povo seguiu, vendo nele o apregoador da sua nova era na História do Brasil, era de restauração dos autênticos valores de brasilidade, ponto de partida e base do fortalecimento nacional e novas oportunidades de uma vida digna para todos os brasileiros.

Reverenciamos, pois, com doridas saudades, Tancredo Neves, o concidadão que fez possível essa grande e definitiva arrancada. E como nós, hoje, as novas gerações, amanhã, prestar-lhe-ão as homenagens do reconhecimento da Pátria agradecida.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Ouviremos agora a música preferida do Presidente Tancredo Neves — "Coração de Estudante".

O Coral do Departamento de Imprensa Nacional executa a música "Coração de Estudante".

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Lembro aos Srs. Parlamentares que será realizada, hoje, na Catedral de Brasília, às 19 horas e 30 minutos, missa em memória do saudoso Presidente Tancredo de Almeida Neves.

Agradecendo às autoridades que nos honraram com seu comparecimento, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 20 minutos.)

Ata da 53ª Sessão Conjunta, em 23 de abril de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 19 HORAS E 10 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Helvídio Nunes — Cesar Cals — José Lins — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Luiz Viana — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Jamil Haddad — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Benedito Ferreira — Gastão Müller — José Fragelli — Enéas Faria — Jaison Barreto — Ivan Bonato — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

OS SENHORES DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Josué de Souza — PFL; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PFL; Múcio Athayde — PMDB;

Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Sarney Filho — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Carlos Oliveira — PMDB; Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS.

Ceará

Cláudio Philomeno — PFL; Evandro Ayres de Moura — PFL; Furtado Leite — PFL; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PFL.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PFL; Jessé Freire — PFL; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; José Maranhão — PMDB; Juracy Palhano — ; Octacílio Queiróz — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Burity — PTB.

Pernambuco

Airon Rios — PFL; Antônio Farias — PDS; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PFL; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; José Thomaz Nonô — PFL; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS.

Bahia

Antônio Osório — PTB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PFL; Domingos Leonelli — PMDB;

Eraldo Tinoco — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Hélio Correia — PFL; Jairo Azi — PFL; João Alves — PFL; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PMDB; Manoel Novaes — PFL; Raimundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB.

Rio de Janeiro

Agnaldo Timóteo — PDS; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDT; Dasso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PMDB; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Hercúlio — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Seifair — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Airton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PCB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PTB; Aurélio Peres — PC do B; Bete Mendes — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PFL; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoíno — PT; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves

— PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Jonas Pinheiro — PFL; Márcio Lacerda — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PFL; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barê — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PFL; Nilton Friedrich — PMDB; Oscar Alves — PFL; Paulo Marques — PMDB; Santos Filho — PFL.

Santa Catarina

Evaldo Amaral — PFL; Nelson Morro — PDS; Pedro Colín — PFL.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ardenghi — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PMDB; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PTB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 44 Srs. Senadores e 253 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência comunica que, não tendo sido apreciada no prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, o Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1986-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.165, de 1984, será incluído em Ordem do Dia, em regime de urgência, em 10 sessões subsequentes, em dias sucessivos, a partir de hoje, conforme determina o citado dispositivo constitucional *in fine*.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 1980 (nº 5.047/81, na Câmara dos Deputados), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que dá nova redação a dispositivo do Decreto-lei nº 594 de 27 de maio de 1969, que institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado seu relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o projeto vetado. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

A matéria vetada exige **quorum** de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação. Dada a inexistência desse número em plenário, deixa de ser procedida a votação.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — **Item 2:**

Discussão, em turno único, das partes vetadas do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1985 (nº 5.078/85, na origem), que dispõe sobre a reestruturação da Defensoria de Ofício da Justiça Militar e dá outras providências, tendo

Relatório, sob nº 4, de 1986-CN, da Comissão Mista.

Partes vetadas:

§ 1º do art. 4º; e

Art. 10.

Em discussão as partes vetadas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-las, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, deixa igualmente de ser procedida a votação por falta de número.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 15 minutos, neste plenário, destinada à votação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 29, de 1985-CN (6ª Sessão); e 7, de 1986-CN (1ª Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 13 minutos.*)

Ata da 54ª Sessão Conjunta, em 23 de abril de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 19 HORAS E 15 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Helvídio Nunes — Cesar Cals — José Lins — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista —

Luiz Viana — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Jamil Haddad — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Benedito Ferreira — Gastão Müller — José Fragelli — Enéas Faria — Jaison Barreto — Ivan Bonato — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Josué de Souza — PFL; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PFL; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Sarney Filho — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Carlos Oliveira — PMDB; Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS.

Ceará

Cláudio Philomeno — PFL; Evandro Ayres de Moura — PFL; Furtado Leite — PFL; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PFL.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PFL; Jessé Freire — PFL; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; José Maranhão — PMDB; Juracy Palhano — ; Octacílio Queiroz — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Burity — PTB.

Pernambuco

Airon Rios — PFL; Antônio Farias — PDS; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PFL; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; José Thomaz Nonô — PFL; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS.

Bahia

Antônio Osório — PTB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PFL; Domingos Leonelli — PMDB; Eraldo Tinoco — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Hélio Correia — PFL; Jairo Azi — PFL; João Alves — PFL; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PMDB; Manoel Novaes — PFL; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB.

Rio de Janeiro

Aginaldo Timóteo — PDS; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDT; Dasso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde —

PDT; Sebastião Nery — PMDB; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; João Hercúlio — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Airton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PCB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PTB; Aurélio Peres — PC do B; Bete Mendes — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PFL; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Jonas Pinheiro — PFL; Márcio Lacerda — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PFL; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PFL; Mattos Leão — PMDB; Nelson Friedrich — PMDB; Oscar Alves — PFL; Paulo Marques — PMDB; Santos Filho — PFL.

Santa Catarina

Evaldo Amaral — PFL; Nelson Morro — PDS; Pedro Colin — PFL.

Rio Grande do Sul

Amáury Müller — PDT; Emílio Perondi — PDS; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ardenghi — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PMDB; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PTB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 44 Srs. Senadores e de 253 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a Sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, o governo republicano do Presidente Ronald Reagan está revigorando as forças imperiais ou a feição colonialista que dominou a política externa dos Estados Unidos por muitas décadas.

Os antecedentes intervencionistas do Governo dos Estados Unidos na América Latina são fatos históricos. A política do "big stick" já teve sua época, e o Presidente Reagan reaviva a sua existência ao eleger-se como o "grande vingador" do mundo ocidental.

Por mais de 50 anos o ditador Somoza e seus sucessores familiares mantiveram seu país sem liberdade, sem imprensa, torturando e matando sem limitações o bravo povo da Nicarágua. Nenhuma palavra de protesto saiu da Casa Branca. Pelo contrário, a conivência, a complacência do Governo americano eram explícitas. Somoza recebia empréstimos generosos, que eram desviados para sua conta particular ou para financiamento de suas próprias empresas. A Nicarágua era uma empresa privada da família Somoza.

A libertação daquele país do jugo da ditadura sangüinária deu-se com o sacrifício de dezenas de milhares de vidas de seus cidadãos. A Casa Branca comoveu-se não com o sacrifício desses mártires, mas com a perda do mercado certo e tranqüilo sob domínio de seus empresários. É claro que o povo norte-americano não tem culpa destes crimes do governo republicano. A sua mobilização interna é sintomática.

No mês pasado, 167 líderes religiosos norte-americanos divulgaram declaração acusando o Presidente Reagan de espalhar "falsas informações e evidentes calúnias" sobre a Nicarágua. E afirmam que os "contras" não lutam pela liberdade, como declara o Governo Reagan, "mas são violadores dos direitos humanos, que cometem atrocidades contra civis inocentes". São palavras de lideranças religiosas das Igrejas Católica, Evangélica e Judaica.

Um governo que financia mercenários para derrubar o governo da Nicarágua e ainda contribui com assessoria militar perde a credibilidade e o respeito. Qual seria a reação do Governo Reagan se o Poder Legislativo de outro país fizesse aprovar verba de US\$ 100 milhões para ajudar mercenários a hostilizar as fronteiras dos Estados Unidos?

A consciência democrática internacional condena o Presidente Reagan, como condenaria qualquer outro, se tais atitudes fossem dirigidas contra os Estados Unidos. O Governo Reagan não pode pretender impor o seu ponto de vista a outro país. Livres são os povos para escolherem seu sistema de governo, como o foram os norte-americanos que lutaram para se libertar do Império Britânico.

Sem declarar guerra à pequena Nicarágua, o Governo Reagan já ordenou ataques aéreos e atos de sabotagem a depósitos de combustíveis em Corinto; bloqueou militarmente portos daquele país com minas; impôs-lhe bloqueio econômico; usou helicópteros estacionados em Honduras para transportar soldados mercenários à guerra contra o governo da Nicarágua. Tudo isso constitui afronta às leis da convivência internacional e ao próprio povo norte-americano.

Tom Wicker, colunista do "The New York Times", bem como outros jornalistas norte-americanos, condenam essa política do Presidente Reagan.

A Corte Internacional de Justiça já acolheu queixa da Nicarágua contra a agressão bélica dos Estados Unidos.

Nem assim o Presidente Reagan cedeu. Preferiu retirar-se da Corte de Haia e não tomar conhecimento de suas deliberações.

Pesquisa do "The New York Times" e da CBS revela que apenas um de 4 norte-americanos apóia o pedido do Presidente Reagan de ajuda aos "contras". No Congresso norte-americano, a proposta do Governo Reagan tem encontrado severos obstáculos para sua aprovação.

É ridículo dizer que Nicarágua é ameaça à segurança dos Estados Unidos. A Nicarágua, sim, tem amplos e justificados motivos para declarar que os Estados Unidos têm sido, por mais de um século, ameaça à sua soberania, pois, já foi invadida cinco vezes por forças militares norte-americanas.

O Presidente Reagan deve estar sofrendo visões semelhantes às que acometeram o Sr. James V. Forrestal, falecido Secretário de Defesa dos EUA. Ou, então, está sendo manipulado pelos grandes fabricantes de armamentos, que rezam dia e noite para que haja guerras.

Não contribui para a paz aquele que alimenta a violência, o ódio, a fabricação ou a venda de armas. Desejamos que o povo norte-americano, autor de tantas campanhas generosas, supere vigorosamente a belicosidade do Presidente Reagan e possa restabelecer o relacionamento fraterno com o povo da Nicarágua, que luta bravamente para manter sua soberania e traçar seu próprio destino.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dionísio Hage.

O SR. DIONÍSIO HAGE (PFL — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é profundamente consternado que trago ao conhecimento dos Srs. Parlamentares o falecimento do jornalista Rômulo Maiorana, ocorrido hoje, em São Paulo, às 10h50min.

Nasceu em Pernambuco, em 1923, e transferiu-se para Belém em 1953, onde passou a residir, desenvolvendo atividades comerciais.

Iniciou-se na imprensa paraense como colunista social do jornal *O Liberal*, adquirindo-o posteriormente e, em 1973, adquiriu o jornal *Folha do Norte* após o falecimento do proprietário, jornalista Paulo Maranhão.

No edifício sede da *Folha do Norte* funciona hoje o jornal *O Liberal*, independente, com a nova orientação dada por Rômulo Maiorana, e orgulho da imprensa escrita paraense.

Pelo seu dinamismo e visão empresarial, não se limitou ao jornal, implantando a "Rádio Liberal", um canal de televisão, a "Rádio Liberal FM" e o "Jornal Eletrônico", que hoje integram o sistema Rômulo Maiorana de Comunicações, maior organização jornalística do Norte do Brasil.

Rômulo Maiorana era casado com D. Lícidea Batista Maiorana, com quem tinha sete filhos, todos maiores: Rosana, casada com o jornalista Paulo Alceu, residente no Rio; Rosângela Maiorana Kzan, casada com o advogado e prof. Calilo Kzan — ela Diretora Administrativa de *O Liberal*, mãe de dois filhos, Camila e Carolina; Rômulo Maiorana Júnior, Diretor Executivo e Diretor das Rádios AM e FM; Rosemary Maiorana Monteiro, casada com o empresário Waldir Monteiro, e mãe de uma filha — Giordana — ela Diretora Comercial de *O Liberal*; Ângela Maiorana Martins, casada com o produtor cinematográfico Caio Martins — ela Diretora do Pará Videoclub; Roberta Maiorana, universitária, Assessora da Fundação Rômulo Maiorana, e Ronaldo Maiorana, universitário de Direito.

O corpo do jornalista falecido seguirá para Belém hoje à noite e o féretro sairá amanhã às 10h30min. da Igreja Rosário da Campina para o Cemitério de Santa Isabel.

Deixa Rômulo Maiorana uma grande lacuna na imprensa paraense e um exemplo de visão administrativa que servirá de marco que materializará a grande transformação por ele empreendida no setor das comunicações.

Desta tribuna, apresentamos nossas condolências à família enlutada, na pessoa de D. Lícidea Batista Maiorana e a todos que integram a família *Liberal*.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Maurílio Ferreira Lima.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente,

Srs. Congressistas, o enquadramento na Lei de Segurança Nacional dos 5 ex-militantes do Partido dos Trabalhadores que tentaram assaltar uma agência do Banco do Brasil em Salvador é um ato condenável e um retrocesso no processo de consolidação do regime democrático. Em qualquer país do mundo assalto a Banco é crime comum, que deve ser julgado pelo tribunal competente, com aplicação rigorosa do Código Penal. Apenas no Brasil, durante os anos negros da repressão, o Governo qualificou o assalto a banco como um crime político. No momento em que o País busca edificar uma sociedade democrática, utilizar a mesma prática do regime autoritário constitui um erro político de suma gravidade.

Em primeiro lugar, classificar como crime político uma ação marginal de assalto a banco é um ato de favorecimento a seus autores. Entre os marginais a crônica policial funciona como a crônica social para os ricos da alta sociedade. Se algumas pessoas buscaram camuflar uma ação criminosa de assalto com a maquiagem da ação política, o Governo está favorecendo esta força quando considera o crime como político e não um delito de Direito Comum. Em qualquer sociedade civilizada os marginais são punidos pelo Código Penal e os assaltantes do Banco do Brasil em Salvador devem ser tratados como marginais e enquadrados nos rigores do Código Penal.

Em segundo lugar, a Justiça Militar não é confiável. Ainda persistem no aparelho judiciário militar bolsões de provocadores que tentam criar dificuldades para a consolidação do regime democrático. O comportamento da Auditoria Militar de São Paulo deixa a opinião pública preocupada com sentenças ineptas e ridículas, proferidas com o objetivo de criar um caso político. É chegado o momento de se acabar com os tribunais de exceção no Brasil. Justiça Militar só pode julgar civis em atos que atentem contra a segurança externa do País, ou seja, atos que configurem traição à Pátria. Fora destes casos, Justiça Militar julgando civis é tribunal de exceção e a democracia não pode conviver com uma ordem jurídica mutilada por uma justiça de exceção.

O PMDB, por uma questão de princípio, não pode e não deve ficar calado diante do absurdo de se voltar a utilizar a Justiça Militar para julgar criminosos de delito comum. Primeiro foi condenado um líder sindical, depois foi condenada a Deputada Ruth Escobar, amanhã serão condenados assaltantes de banco. Esta condenação "limpa" a Justiça Militar de ter condenado, por razões políticas, o operário e a Deputada. Amanhã, quem de nós será o próximo condenado pela Justiça Militar?

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Tem a palavra V. Ex^a para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobre Senador Martins Filho, quero solicitar, na forma de questão de ordem, esclarecimento da Mesa.

Chegando hoje em Brasília, fui surpreendido com a notícia veiculada entre os funcionários da Casa de que este Deputado teria proposto à Mesa do Congresso Nacional o corte da parte variável do salário dos servidores. Não venho a esta tribuna para discutir a questão do corte ou não do *jeton* dos Deputados. Quero que V. Ex^a esclareça, em primeiro lugar, que este Deputado não fez nenhum pronunciamento, nem na Câmara dos Deputados nem no Senado, sobre esse assunto.

Segundo, não é membro da Mesa da Câmara Federal nem do Senado.

Terceiro, não é Líder, e a Liderança do partido tem uma posição clara contrária a cortar o salário dos funcionários.

Em quarto lugar, essa notícia veio consubstanciada numa nota no "painel", no jornal *Correio Braziliense*, de que eu teria feito essa sugestão à Mesa do Congresso Nacional.

A V. Ex^a, nobre Senador Martins Filho, solicito, nesta questão de ordem, que esclareça o assunto à Casa — e vou fazer o mesmo amanhã junto à Mesa da Câmara dos Deputados — porque este Deputado nada tem a ver com isso, nem poderia ter, porque não tem poderes para tanto. Hoje fui surpreendido inclusive com uma reunião de funcionários da Taquigrafia da Câmara dos Deputados,

onde havia uma cobrança a este Deputado. Surpreso, estou formulando esta questão de ordem, para que V. Ex^a esclareça este assunto à Casa.

Ao finalizar, gostaria de colocar a minha posição sobre o corte de *jetons* dos Deputados. Esta é outra questão que não está em debate. Agora, sobre o corte da parte variável dos funcionários, sou contra, porque eles são convocados para as sessões, estão aqui e não são culpados pela não presença dos Deputados.

Esta é a questão de ordem que levanto perante V. Ex^a, nobre Senador Martins Filho. Agradeço a V. Ex^a o tempo que me foi dado para formulá-la, porque hoje havia um clima ruim na Câmara dos Deputados em relação a esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nobre Deputado José Genoíno, a reclamação feita por V. Ex^a em relação ao assunto aventado não é do conhecimento desta Presidência. Portanto, não é verdadeira.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Mendonça de Moraes.

O SR. JOSÉ MEDONÇA DE MORAIS (PMDB; MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a imprensa nacional, hoje, traz notícias de que os Ministros da área econômica, juntamente com os Ministros da Agricultura, Reforma Agrária e Irrigação, iriam discutir os rumos da política agrícola para este exercício que se aproxima, inclusive para atender à safra que se inicia no Centro-Oeste e no Centro-Sul. A minha preocupação como homem ligado à área produtora de grãos deste País e à pecuária é a de defender uma política coerente, para que possamos abastecer o nosso mercado consumidor de gêneros alimentícios. Realmente, com elogios de todos nós, o Governo baixou o pacote econômico em que congelou preços, encargos e juros. Nós, agricultores, que assinamos diversos contratos de financiamentos, o fizemos sabendo que estávamos pagando a correção plena do dinheiro tomado emprestado mais os juros de 3%. Agora fala-se, em notícias não oficiais, que o juro agrícola será tabelado em torno de 10% ao ano, quando, na legislação anterior, o juro existente até então era de três por cento.

Ora, se essa medida for colocada em prática, como decisão governamental, nós teremos a seguinte situação esbarrecadora para o produtor: ele iria, de início, sair com uma responsabilidade de 17% real de ICM, de 2,5% real de Funrural e mais o juro real sobre aquele capital; se for 3%, nós teremos, então, um total de 22.5% de contribuição natural do produto agrícola para o Brasil; se for 6%, nós pagaremos 25% e se for juro de 10% real, nós iríamos para 30% ao ano. Então, todo o trabalho do produtor agrícola seria, de início, taxado em 30% para a Nação.

A minha preocupação e o meu alerta aos Srs. Ministros e aos Assessores Parlamentares, que deverão estar na Casa anotando as nossas colocações, são no sentido de que as reivindicações da classe produtora são muito grandes e até geram ansiedade, hoje. Os produtores de leite aceitaram o congelamento, e estão pagando para produzir leite e o Governo não quer aceitar o congelamento dos juros que eram prestabelecidos em 3%. A agricultura no mundo inteiro não é subsidiada da maneira como é no Brasil até pouco tempo, mas é, realmente, subsidiada pelos governos. O que interessa ao Governo não é o dinheiro que gera, mas o produto que vai matar a fome do seu concidadão. A agricultura no mundo é uma atividade de risco e, sendo uma atividade de risco, o Governo tem que olhar para ela com olhos diferenciados daqueles que olham para a indústria, por exemplo. A indústria não pode ser tratada de maneira excepcional, como precisa ser tratada a agricultura brasileira.

Deixo registrada a minha preocupação como um alerta, sendo membro do Governo, de que a agricultura não pode ser tratada de maneira discriminatória. É uma coisa seria produzir alimentos neste País. Não podemos continuar importando, vergonhosamente, leite, carne, arroz, milho e até soja.

O Governo da Nova República, do qual faço parte — em alguns momentos o represento nesta Casa como seu Vice-Líder e no exercício da Liderança — não pode continuar com essa política capenga para com a agricultura brasileira. O Sr. Ministro Iris Rezende, no qual o depositamos uma grande margem de confiança e esperança,

não pode continuar quieto, calmo, omissos com referência a esse item sobre definição dos juros agrícolas.

Precisamos estimular o Brasil a plantar. Chega de demagogia, de reforma agrária, que não virá produzir alimentos. É necessário que haja uma reforma agrícola para produzirmos alimentos, porque ninguém come terra; come-se o fruto da terra, o fruto do trabalho do homem. Defendemos uma reforma agrária que seja, antes de tudo, propícia para aqueles que realmente querem trabalhar — como muitos estão trabalhando — mas não essa demagogia que quer tirar a atenção do Brasil de uma coisa séria, que é produzir alimentos.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Brabo de Carvalho.

O SR. BRABO DE CARVALHO (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a imprensa brasileira perdeu um dos seus maiores expoentes, com a morte, hoje, em São Paulo, do jornalista Rômulo Maiorana.

Nascido em Pernambuco, mas radicado no Pará há mais de 30 anos, onde constituiu família, Rômulo Maiorana deixa viúva a Sra. Lucídea Batista Maiorana e mais sete filhos.

Diretor Presidente do Sistema Rômulo Maiorana de Comunicação, o maior e mais importante império de comunicação Norte-Nordeste do País, integrado pelo *Jornal da Amazônia*, *O Liberal*, *Rádio Liberal AM*, *Rádio Liberal FM*; *Televisão Liberal*, *Jornal Eletrônico Liberal*, Rômulo Maiorana prestou ao Pará e a seu povo, como também a toda a Amazônia, relevantes e extraordinários serviços.

Inovador na imprensa, rádio e televisão, na região Norte-Nordeste, o Sistema Rômulo Maiorana de Comunicação, sob seu comando, dispõe de equipamentos técnicos dos mais aprimorados e sofisticados, com profissionais de reconhecido mérito e experiência nacional e internacional, responsáveis pela garantia e seriedade das informações e notícias que chegam a todos os recantos da Amazônia e do Brasil.

"Cidadão do Pará", título que lhe foi outorgado pela Assembleia Legislativa do Pará, em nome do povo paraense, seu desaparecimento constitui numa perda irreparável para todos nós.

Com o mais profundo pesar, registramos nos Anais do Congresso Nacional, em nome do povo paraense, um pleito de saudade ao grande jornalista e amigo, como justa homenagem a quem tanto fez pela terra que adotou e pela qual trabalhou.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, um dos mais graves e angustiantes problemas da atualidade brasileira é o da violência e da criminalidade, cujas estatísticas apresentam estarrecedores números.

Permanente desafio às autoridades públicas, a questão tem ensejado investigações e estudos por parte de sociólogos e especialistas do ramo, exaurindo-se debates que vão aos recônditos da alma humana, na explicação religiosa e moral, ou às explicações da psicanálise em torno do comportamento do homem.

Ao Estado incumbe, antes e acima de tudo, preservar a paz social e a integridade de cada cidadão diante de qualquer tipo de agressão que possa sofrer de seu semelhante, seja para lhe roubar a vida, produzir-lhe lesões corporais ou suprimir-lhe bens materiais. A disciplina social se rege por leis incorporadas ao Código Penal, que cominam penas visando a punir o crime através do castigo ao seu agente causador. Isto, porém, tem sido insuficiente para deter a avassaladora onda de violência que atinge o País, notadamente os grandes centros urbanos.

Tão logo se implantou, a Nova República decidiu combater com rigor o crime infrene. Instituiu-se, através do Ministério da Justiça, o chamado "Mutirão Contra a Violência", representado por uma série de medidas e ações enfiando inúmeros ministérios e órgãos ligados à segurança pública. Vultosos recursos foram anunciados para atender a essa verdadeira cruzada contra o crime, nela incluída uma reforma penitenciária.

Tais providências se inserem, Sr. Presidente, no campo repressivo contra o crime e a violência.

Simultaneamente são necessárias medidas sábias e eficazes visando senão a eliminar pelo menos reduzir as causas determinadoras da criminalidade, sejam de ordem moral, sejam de ordem econômica ou provenientes de uma educação distorcida transmitidas de geração a geração.

Seramente preocupados com o problema que hoje atormenta a família brasileira, procuramos oferecer parcela de nossa contribuição e elaboramos o Projeto de Lei nº 1.059, de 1983, que "proíbe, em todo o Território nacional, a importação, fabricação e venda de brinquedos infantis sob forma de instrumento de morte ou arma de guerra".

Aptes de nós, já os nobres Deputados Freitas Nobre e Otávio Ceccato — o primeiro, por três infrutíferas vezes — tentaram transformar em lei idêntica iniciativa. Esbarraram, contudo, numa tenaz resistência no Congresso Nacional.

Agora, recentemente, viemos tomar conhecimento de que o nosso projeto de lei, que tramitou juntamente com outro com a mesma finalidade, de autoria do nobre Deputado Renato Vianna, foi arquivado por haver recebido pareceres contrários das Comissões Técnicas, exceto a de Constituição e Justiça, que opina apenas quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das matérias a ela submetidas.

Para tanto não faltaram o que poderíamos chamar de "advogados do Diabo", com argumentos que são uma verdadeira aberração. O Sr. Rubem Medina, por exemplo, ao exarar seu parecer contrário na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, onde certamente se orientou pelos prejuízos comerciais que uma lei desse gênero poderia acarretar aos fabricantes de brinquedos — muito embora em ponto algum do seu relatório faça qualquer referência aos aspectos industriais e comerciais — chega ao deslante de justificar o erro pelo próprio erro quando afirma ser "a crueldade e a destrutividade específica da espécie humana e, virtualmente, não existe na maioria dos mamíferos; não é filogeneticamente programado nem biologicamente adaptativo".

Prossegue S. Ex^a o seu parecer contrário, afirmando mais o seguinte:

"Não tem finalidade voluptuosa, lúbrica. E é importante frisar que o grau de destrutividade aumenta com a intensificação do desenvolvimento da civilização..." Se mergulharmos mais profundamente nos modernos estudos da Psicologia — não a ortodoxa, a tradicional — encontraremos a agressão lúdica — que tem como objetivo o exercício de uma habilidade" "... Há, ainda no homem a agressão auto afirmativa."

Todo esse preciosismo, que coloca o jovem parlamentar no rol dos mais eméritos estudiosos da Psicologia, ao lado de Freud e Jung, não responde, porém, aos apelos da nossa sociedade atormentada pelos elevados graus de violência e criminalidade.

Se formos acolher os sofismas do relator, renunciaremos, então a todo e qualquer esforço para deter o crime na face da terra.

Seria aceitar a cínica filosofia de "se outros matam, também posso matar; se outros roubam, também posso e devo roubar".

Se assim fosse, Sr. Presidente, as religiões que pregam a concórdia, o amor e a honestidade fechariam seus templos simplesmente porque ainda o pecado não foi extirpado da alma humana.

Então, porque a violência é própria do ser humano devemos continuar permitindo todas as formas de indução à agressividade, entre elas a de colocar nas mãos de crianças brinquedos que imitam armas mortíferas para que, desde a infância, o indivíduo vá-se adestrando na arte de suprimir a vida do próximo.

Deixo aqui o meu mais veemente protesto contra a decisão daquelas comissões técnicas, cuja maioria de seus membros foi insensível aos intuitos do nosso e dos projetos de outros parlamentares que visavam a colimar o mesmo fim.

Faço votos para que a Assembleia Nacional Constituinte a se instalar em fevereiro de 1987 seja formada por cidadãos conscientes de suas altas responsabilidades para com os graves problemas da sociedade brasileira, entre os quais avulta o da violência e criminalidade. A futura Carta Magna do Brasil tem de ser um libelo contra o crime.

O SR. PRESIDENTE (José Martins) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendes Botelho.

O SR. MENDES BOTELHO (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizem, com razão, que os males dos regimes autoritários não se esgotam com eles. Embora sepultado há mais de um ano, o autoritarismo dos governos militares continua fazendo escola aqui e acolá, numa tentativa grosseira e intolerável de intimidar e sufocar a voz de lideranças emergentes. O exemplo mais recente de que os males desse tempo persistem vem do meu Estado, onde a Companhia Brasileira de Trens Urbanos — CBTU, subsidiária da Rede Ferroviária Federal, está demitindo um de seus mais antigos funcionários pelo simples fato de ter concedido uma entrevista à imprensa.

O funcionário é o Supervisor-Auxiliar de Segurança, Durval Santana, candidato à Presidência da Associação dos Agentes Especiais de Segurança da Polícia Ferroviária Federal, pela chapa de oposição. Após dez anos de serviços prestados à Rede e à CBTU, como agente de segurança, Santana foi sumária e arbitrariamente demitido na semana passada, por ter relatado ao *Diário Popular*, valoroso órgão da imprensa paulistana, as péssimas condições de trabalho dos agentes e a absoluta falta de segurança para os usuários dos trens de subúrbio de São Paulo.

A demissão de Santana, nos termos em que lhe foi comunicada através do Memorando nº 300/86, da CBTU, só encontraria paralelo na Velha República, nos termos áureos do AI-5, quando o país de família perdia o emprego por falarem mal do governo. Segundo o memorando, emitido pelo Chefe de Unidade de Segurança Empresarial da Estação Roosevelt, Santana estava sendo mandado para a rua porque deu entrevista à imprensa, o que somente poderia ser feito pelo setor de comunicação social da empresa. É um absurdo, Sr. Presidente, que em plena Nova República um trabalhador com dez anos de casa seja punido com a demissão por ter concedido uma entrevista!

E o absurdo é ainda maior quando se constata, através da entrevista publicada, que esse trabalhador em nenhum momento ofendeu ou injuriou a empresa que o emprega, limitando-se a retratar uma realidade de todos já conhecida, ou seja, as péssimas condições de trabalho dos policiais ferroviários e a conseqüente falta de segurança dos quase 700 mil trabalhadores que diariamente usam os trens da CBTU.

Todo paulistano sabe, Sr. Presidente, o drama dos milhares de usuários dos trens de subúrbio do meu Estado, diariamente expostos à sanha criminosa das quadrilhas armadas, que roubam, assaltam e matam, à plena luz do dia, ao longo das linhas e estações ferroviárias. Raro é o dia em que a imprensa não nos relata cenas de horrores e de repúdio, ocasionadas por ações perpetradas por essas quadrilhas contra homens, senhoras, jovens e crianças no interior desses trens, já apelidados pela opinião pública de "trens da morte".

Ainda há poucos dias, precisamente no último fim de semana, um menor de 13 anos foi bárbara e covardemente assassinado, supostamente por uma dessas quadrilhas, enquanto aguardava o trem na estação de Calmon Viana. Poucos dias antes um agente de segurança da estação de Manoel Feio, no subúrbio de São Paulo, foi morto a golpes de faca, enquanto trabalhava.

Foi contra cenas desse tipo, Sr. Presidente, que Santana levantou sua voz na entrevista, e à qual me alio neste momento, para cobrar do Governo, especialmente do Ministro dos Transportes, providências urgentes no sentido de melhorar as condições de trabalho dos policiais ferroviários, a fim de que eles possam combater a violência institucionalizada ao longo das estações.

Os policiais ferroviários não podem continuar sendo tratados como uma espécie de instituição "denorex", que parece ser polícia mas não é. Queremos que o Governo arregimentasse esforços, o mais breve possível, no sentido de dar a esses policiais o mesmo tratamento dispensado à Polícia Rodoviária.

Ao mesmo tempo, é imprescindível que o Governo autorize, de imediato, o aumento de seus contingentes, especialmente no caso de São Paulo, onde, além das deficiências decorrentes da falta de identidade policial, há o problema gritante da falta de material humano.

Como todo ferroviário, os agentes de segurança da Rede e da CBTU amam o seu trabalho. Mas para que o exerçam ao nível das exigências impostas pelas circunstâncias e riscos de sua própria missão, é indispensável que lhes seja dado um mínimo de condições, como o reconhecimento e a estruturação da sua função como policiais, que realmente são, e o aumento de seus quadros.

O Governo, através dos órgãos a que o assunto está afeto, precisa agir urgentemente, não podendo continuar contemplando passivamente a ação de traficantes de tóxico e de bandidos de toda espécie no interior dos trens de subúrbio do meu Estado. A estrutura existente é incompatível com a necessidade do serviço dos agentes e, acima de tudo, com as exigências dos usuários, que não podem continuar pagando com a vida pela omissão de uns ou a incompetência de outros.

É preciso que, particularmente a Companhia Brasileira de Trens Urbanos — CBTU, advogue, antes, o fim dessa estrutura obsoleta que hoje mantém na sua área de segurança, em vez de preocupar-se em botar para a rua os funcionários conscientes de suas deficiências, como aconteceu no caso do Sr. Durval Santana, por cuja readmissão intercedemos desta tribuna.

Finalmente, quero registrar a interferência do Senador Nelson Carneiro contra a demissão desse cidadão que denunciou as irregularidades da CBTU em São Paulo, onde o atual superintendente tem empregados fantasmas, fato que denunciarei desta tribuna. Há gente recebendo mais de 10 milhões sem sequer comparecer um dia ao trabalho. É um absurdo que isso continue na Rede Ferroviária Federal, empresa estatal do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria apenas de registrar nesta noite a visita agradável à bancada paulista do PMDB de S. Ex.^a, o Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Dr. Eduardo Mulyaert, do Comandante da Polícia Militar de São Paulo, Coronel Theseu e do Delegado-Geral de Polícia do Estado de São Paulo, Dr. Abraão José Kffuri, trazendo à nossa bancada, a convite do nosso coordenador, Deputado Francisco Amaral, com a presença da grande maioria da bancada de São Paulo, grandes esclarecimentos sobre o trabalho novo que a Polícia de São Paulo põe na rua. Portanto, deixo este registro com meus parabéns ao Secretário de Segurança daquele Estado, pelo seu trabalho na busca de uma solução para um infausto problema de segurança do nosso querido Estado de São Paulo, e, também, a toda a sua equipe.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hugo Mardini.

O SR. HUGO MARDINI (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, parece que o bom senso voltou a imperar nas sessões do Congresso Nacional.

A propósito, leio o seguinte artigo publicado na imprensa:

RATOEIRA NO GÓLGOTA

O Presidente José Sarney advertiu a Nação contra os "sabotadores" do Plano de Estabilização. Como lhe cabe a punição dos que se opõem ao interesse público, é lamentável que o tenha feito genericamente permitindo distorções criminosas. Sem a responsabilidade do acusador, que por lei tem de apresentar as provas, empréstimo minha colaboração a esta luta patriótica. Procurei descobri-los.

Concentrei-me, desde logo, nos comerciantes. Foram as principais e únicas vítimas da euforia fiscalizadora que dominou o País após a resoluta atitude do Presidente da República, desmentindo, com um simples decreto, a longa indecisão que, sabemos hoje, era apenas a dissimulação para o gesto triunfal. Como em um conto de O. Henry, inesperado.

Os negociantes, porém, foram neutralizados. Estão tabelados, enquadrados em mil portarias, e os fiscais de Sarney, mesmo sem o entusiasmo inicial, permanecem vigilantes. Nem examinei se o preço do refrigerante no Maksoud deve ser o mesmo no boteco da esquina para não duvidar da pista oferecida. Concluí que os negociantes estavam perseguidos,

enquadrados, e o Governo não manteria no seu Conselho "remarcadores" se os considerasse responsáveis.

O Presidente, no entanto, denunciou os sabotadores à Nação como uma ameaça pública e, por isso, é lógico que existem. O Governo, que não dorme, lançou-me contra dois poderosos inimigos que se apresta a combater: os proprietários de imóveis e os profissionais liberais. Vale tudo nesta luta antedemagógica, inclusive suspender a justiça e cancelar o direito de propriedade, assegurado em teoria. Estranho, pois, que, podendo mandar entregar os imóveis de graça aos inquilinos, o Governo consentiu em manter a extorsão do aluguel.

O Estado não pode deixar os profissionais liberais soltos e, com a maior coragem, decidiu colocá-los na mira. Eles têm a petulância de fixar os preços de seus serviços quando o Governo empenha-se em socializar a sociedade, pagar a todos de acordo com seus méritos e qualidades. Não é à toa que o consultor jurídico das Alagoas ganha Cz\$ 237 mil, enquanto os médicos e engenheiros da União ficam com seus polpudos Cz\$ 7 mil. Algum esforço vem sendo feito, mas não se pode resolver tudo por decreto.

Os sabotadores podem ser os 200 mil bancários demitidos porque o lucro dos banqueiros é sagrado. Mereceram este prêmio. Como se admitir que continuassem empregados quando a época é de vacas magras e os banqueiros acham-se tão sacrificados. Claro que tabelar juros é mais fácil do que estabelecer o preço do arroz para pequenos lavradores, mas se fosse para cometer injustiças não precisaríamos ter Governo.

Não é fácil descobrir os sabotadores. Pensei que tudo fosse uma ratoeira e o detetive o assassino, mas isto seria incoerência. Como pensar que possa haver corrupção no Governo, estatais ineficientes, projetos demagógicos, desperdício de recursos, passeios turísticos à custa do erário se a ideologia determinada é "não gastar", uma ordem que o Presidente Tancredo Neves deixou? Admitir isto é pesadelo.

Fico sem descobrir os sabotadores, mas não estou temeroso. O Presidente da República, que os denunciou, tem 92 por cento de apoio do povo, um percentual maior do que o alcançado por Cristóvão entrar em Jerusalém, quatro dias antes do Gólgota.

João Emílio Falcão

Sr. Presidente, estas não são palavras de um Deputado da Oposição e do PDS; é um artigo publicado hoje no *Correio Braziliense*, pelo jornalista João Emílio Falcão, cuja independência, imparcialidade, dignidade e correção são conhecidas e respeitadas por todos.

Esse artigo revela exatamente toda a incoerência das atitudes que estão demagógicamente servindo de suporte a algumas medidas a respeito das quais o povo brasileiro precisa receber informações.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no dia cinco deste mês de março, o Conselho Federal de Educação, em reunião plenária, prestou significativa homenagem ao seu ilustre membro, que, na data, deixava a Presidência do órgão, Prof. Paulo Nathanael Pereira de Souza, desincompatibilizando-se para disputar, nas próximas eleições de novembro deste ano, cargo eletivo.

Figura maiúscula da vida pública brasileira e paulista já há algumas décadas, Sr. Presidente, o Prof. Paulo Nathanael honrará qualquer Parlamento de que venha a fazer parte, por sua inteligência brilhante, por seu preparo invulgar e pela dedicação com que vem assumindo diversos cargos na vida pública de São Paulo e do Brasil. Uma simples leitura de seu "curriculum vitae", transcrito de forma reduzida, nos dá idéia da contribuição que ele vem dando — e, por certo, continuará a dar — à causa pública:

1 — Professor, Economista e Técnico de Administração.

2 — No magistério público e particular, ocupou a docência nos ensinos Primário, Secundário (História Geral

e do Brasil), e Superior (História Econômica e Política e Programação Econômica).

3 — Na administração escolar, foi Diretor de Escola, Inspetor Escolar, Delegado de Ensino, Chefe de Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo, Chefe de Gabinete da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, Coordenador do Ensino Básico e Normal do Ensino do Estado de São Paulo, Diretor do Ensino Municipal de São Paulo e Secretário de Educação e Cultura, Presidente do CTA do Centro de Treinamento de Professores para os Ginásios Polivalentes (CTPGIP), Conselheiro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, Conselheiro do Conselho Federal de Educação, Diretor Executivo do Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR); integrou numerosas comissões técnicas municipais, estaduais e federais.

4 — Na administração geral, exerceu o cargo de Diretor dos Concursos Públicos e dos Cursos de Aperfeiçoamento do Pessoal Civil do Estado de São Paulo (DEA), hoje Secretaria Estadual de Administração, além de ter participado da Diretoria de várias empresas privadas.

5 — Dirigiu numerosas organizações culturais, com destaque para a Fundação Bial de São Paulo, de que foi Diretor Executivo, e do Centro Cultural "Francisco Matarazzo Sobrinho", de que foi Presidente. Integra o Conselho de Curadores de várias Fundações, como: Fundação Anchieta, de Rádio e Televisão Educativa de São Paulo, Fundação de Ciências Aplicadas, Fundação Conservatório Dramático e Musical de São Paulo.

6 — Publicou inúmeros artigos sobre assuntos de economia, educação e cultura, pronunciou diversas conferências e aulas magnas, bem como escreveu e publicou diversos livros, como: "Desafios Educacionais Brasileiros" (Editora Pioneira, SP, 1978); "A Pré-Escola: uma nova fronteira educacional" (Editora Pioneira, 1979); "Educação: Escola-Trabalho" (Editora Pioneira, SP, 1984), "Preparação para o Trabalho" (CENAFOR, 1983); "O Futuro da Formação Profissional" (CENAFOR, 1984), etc.

7 — Realizou diversas viagens ao exterior, a convite dos governos dos Estados Unidos da América, do Japão, da Espanha e da França, bem como, na condição de delegado brasileiro, em congressos e reuniões técnicas, como os realizados em Kingstown, na Jamaí, em Cartagena, na Colômbia e em Caracas, na Venezuela.

8 — Recebeu diversas comendas e condecorações no Brasil e no exterior, sendo de destacar-se: duas do governo francês: a Legião de Honra (grau de Oficial) e a Ordem Nacional do Mérito (grau de Oficial); três do Governo brasileiro: a Ordem Nacional do Mérito Educativo, o Mérito Tamandaré e o Mérito Naval, além de dezenas de venerated culturais, como Marechal Rondon, Couto Magalhães, José Bonifácio, D. João VI, Colar do Sesquicentenário da Independência do Brasil, Alexandre de Gusmão, Vital Brasil entre outras.

Era o que tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputada Irma Passoni

A SRA. IRMA PASSONI PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Jefferson, como líder do PTB.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, de acordo com o "Relatório Anual da Diretoria da RFFSA", relativo ao exercício de 1985, submetido à Assembléia Geral em 2 de abril último, a empresa apresentou, segundo "Demonstrações Financeiras", resultado bastante superior, comparado com o do exercício de 1984.

Os números constantes do documento comprovam um excelente progresso nos índices de produtividade dos ferroviários, considerando o aumento real do trabalho realizado pela empresa e a redução substancial do número de empregados (mesmo deduzindo aqueles que passaram a integrar os Quadros de Pessoal da CBTU).

É fácil demonstrar que esses valores foram obtidos em razão da dedicação dos trabalhadores das estradas de ferro, enquanto que a maior parcela do saldo financeiro

registrado no "Resultado Líquido Antes do Imposto de Renda", Cr\$ 278,3 x 10⁶, foi injustamente deduzido dos salários dos empregados da RFFSA.

Assim, enquanto foram movimentados no exercício 82,4 milhões de toneladas de carga, contra 76,9 em 84 (+ 7,1%) e o trabalho realizado chegou a 37,1 bilhões de toneladas/quilômetros, 10,7% superior ao realizado no exercício anterior, resultados recordes para a empresa, a receita proveniente dos clientes e usuários aumentou em 255%. No mesmo período a despesa com pessoal cresceu, apenas, 195%, valor inferior à inflação consignada durante o mesmo período. A conclusão é que o ferroviário teve, durante o exercício, o seu salário confiscado em valor real, a fim de permitir os índices agora apresentados orgulhosamente, entre aspas, pela Diretoria, embora não lhe caiba, realmente, nenhum mérito.

Registre-se, também, que a participação do Tesouro Nacional, para indenização de serviços de natureza social do interesse do Governo (Normalização), foi drasticamente reduzido em valores corrigidos, pois o seu aumento nominal foi de apenas 79%, aproximadamente um terço do índice de inflação. Isto ocorreu sem que fosse suspenso no período nenhum dos serviços considerados.

Como se verifica, mais uma vez, foi o salário do ferroviário que permitiu essa redução.

Em conclusão, considerando esses números apresentados oficialmente pela Diretoria da RFFSA, não é admissível discutir e negar as modestas pretensões salariais dos ferroviários, admitindo que as relações da administração da empresa com os seus empregados atendam a um padrão franco, leal e honesto.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a categoria dos ferroviários começa a se mobilizar para uma greve a ser realizada no dia 30 de abril. E a Diretoria da Rede Ferroviária Federal não tem como resistir à reivindicação dos ferroviários, pois sua própria análise de balanço mostra que a produtividade dos ferroviários cresceu em 10,7% no ano de 1985 contra o exercício de 1984. Desta tribuna do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados, vimos denunciando, dia a dia, práticas de corrupção e desmandos administrativos, tanto na Rede Ferroviária Federal, como na própria CBTU — Companhia Brasileira de Trens Urbanos. Ligado à Rede Ferroviária Federal, hoje nos antecedeu na tribuna o Deputado Mendes Botelho, de São Paulo, denunciando desmandos, autoritarismo; abuso de poder e corrupção na STU, em São Paulo. Denúncias semelhantes estão sendo feitas contra a Superintendência de Trens Urbanos, no Rio de Janeiro, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos e a Rede Ferroviária Federal. E não são apenas os parlamentares que estão trazendo essas notícias ao conhecimento da Casa, no transbordamento das fronteiras do Congresso e da Nação. Os ferroviários, em suas associações, mobilizados, já até fizeram chegar às mãos do Ministro dos Transportes, Dr. José Reinaldo Tavares, documentos que comprovam a corrupção, mas até o presente momento S. Ex.^a não nomeou nenhuma comissão de sindicância ou inquérito para averiguar tais denúncias. Temos à frente da Rede Ferroviária Federal um pára-quedista, um engenheiro — Osíres Stenghel Guimarães — não identificado com o problema ferroviário no Brasil. Saltou de pára-quedas numa nomeação política, provindo do Estado do Paraná, sem ter percorrido até hoje no Rio de Janeiro, onde fica a sede da Rede Ferroviária, um quilômetro de linha de trem urbano para verificar pessoalmente os graves problemas que abalam a estrutura do transporte ferroviário em nosso Estado.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Associação de Policiais, a de Maquinistas, a Associação Nacional de Ferroviários, a Associação dos Trabalhadores nas Plataformas, bem como a Associação dos Trabalhadores nas Partes Elétricas dos Trens, já entregaram documento ao Ministro, pedindo que fosse nomeada uma comissão de inquérito para apurar suas denúncias na Rede Ferroviária.

Em contrapartida, o que vimos no Rio de Janeiro foi o Presidente da Rede, o Sr. Osíres Stenghel Guimarães, nomear uma comissão de inquérito para ouvir e processar os funcionários que estiveram na presença do Ministro dos Transportes denunciando a corrupção praticada pelo próprio Sr. Osíres, o que chega a ser um contrasenso — se a corrupção é por parte da sua administração e da sua diretoria, não haveria de ser o Presidente da

Rede a nomear uma Comissão de Inquérito para apurá-la.

Sr. Presidente, fica aqui apelo ao Ministro dos Transportes, para que intervenha na Rede Ferroviária Federal, nomeando uma comissão para apurar as irregularidades denunciadas, acabando com esses atos de autoritarismo e ditadura dessa comissão nomeada pelo Presidente da Rede, que visa a constranger os funcionários que foram apresentá-las ao Ministro dos Transportes na boa-fé, confiantes em S. Ex.^a, na sua administração, no seu Ministério e na Nova República.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, queremos deixar aqui este registro. A ala mais radical do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro pretende promover uma paralisação global dos transportes no dia 30 de abril. Ainda há resistência, porque essa paralisação seria feita, segundo mapa aberto sobre a mesa, destruindo-se as subestações geradoras de energia para a movimentação de trens. A última resistência está na Associação dos Policiais Ferroviários e nas outras associações que já nominamos. A persistir essa perseguição do Sr. Osíres, as pessoas que têm o ideal de corroborar com a causa ferroviária neste País, essa trincheira de lutas vai ceder, essa resistência vai acabar. E o Ministro dos Transportes infelizmente vai amargar a decepção e a frustração de ver iniciado no Rio de Janeiro um movimento até predatório daqueles que não resistem mais à corrupção e aos desmandos provenientes da administração CBTU, STU e Rede Ferroviária Federal.

Sr. Presidente, apelamos ao Ministro dos Transportes para que nomeie uma comissão de inquérito, substitua esses funcionários pára-quedistas que lá estão sem nenhuma identidade com a Rede Ferroviária e designe para aquelas funções velhos engenheiros honrados e honestos funcionários da Rede há trinta ou quarenta anos e que têm, acima de tudo, a ferrovia, o usuário e o interesse da boa administração como seu objetivo profissional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Amaury Müller, como Líder do PDT.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, treze meses após a implantação da Nova República, a reforma agrária, tão reclamada pela própria consciência nacional, continua sendo mero protocolo de intenções. Ao contrário do que afirmou há pouco o nobre Deputado José Mendonça, o PDT entende que reforma agrária não é só terra e, muito menos, demagogia. É claro que ela começa na terra mas nela não se esgota. Representa um universo de providências que vão desde a posse social da terra à prestação de assistência médica, hospitalar, social e até cultural ao homem do campo. E foi exatamente com esse objetivo, Sr. Presidente, que as bancadas estaduais do PMDB e do PDT do Rio Grande do Sul acertaram para hoje, às 17h30min, uma audiência com o Presidente da República. Curiosa e estranhamente a bancada estadual do PMDB antecipou esse horário para as 16h30min, frustrando a perspectiva dos parlamentares estaduais do PDT de participar dessa audiência e de cobrar do Presidente da República a implantação imediata da reforma agrária.

Quero manifestar minha estranheza quanto a esse fato e deplorar atitude incompreensível e inaceitável da bancada estadual do PMDB, que não honrou a palavra empenhada.

Por último, Sr. Presidente, ainda dentro do horário que cabe à Liderança do PDT, gostaria de deplorar também a omissão, a indiferença e a insensibilidade dos Ministros da Agricultura e da Fazenda quanto à situação dramática e quase trágica do cooperativismo no Rio Grande do Sul. Numerosos apelos foram dirigidos àqueles ministérios, no sentido de que se concedesse, sob a forma de financiamento, recursos da ordem de oitocentos milhões de cruzados, para evitar que o cooperativismo gaúcho corra o risco de um colapso total. Soçobrando o cooperativismo, ruirá a agricultura do Rio Grande do Sul, com desdobramentos sociais muito graves, inclusive aumentando as taxas já grandes de desemprego. Não posso crer que a Nova República não consiga resgatar os compromissos que assumiu em praça pública e continue a trair o cooperativismo do Rio Grande do Sul.

O ex-Ministro Pedro Simon fez muitas promessas e não as cumpriu.

Por isso, Sr. Presidente, quero expressar aqui a repulsa do PDT a essa atitude omissa, indiferente, de dois importantes ministérios, que não estão preocupados com a gravíssima situação agrícola no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sebastião Nery, como Líder do PMDB.

O SR. SEBASTIÃO NERY (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, reitero apelo que fiz à SUNAB e ao Ministério do Trabalho, há cerca de 15 dias. Tive informação de que tanto a SUNAB quanto a Ministério do Trabalho iam enfrentar o problema dos trabalhadores na indústria de hotelaria. Mas a verdade é que até hoje não se tomou nenhuma providência.

Sr. Presidente, só na cidade do Rio de Janeiro há 360 mil empregados dessa indústria entre garçons, maitres, trabalhadores em hotéis que vivem de gorjeta.

O País tem mais de um milhão desses trabalhadores que vivem uma situação kafkiana. No Rio de Janeiro, os patrões não os registram nem 10% dos 360 mil têm carteira assinada. Vivem de gorjeta e os patrões alegam que não assinam a Carteira Profissional porque eles não têm um salário fixo, e a percentagem é mais ou menos arbitrada pela vontade dos patrões: 5% para o maitre, 3% para o garçon, 2% para o cozinheiro. Ocorre que, com o plano de estabilização monetária instituído pelo Governo passou-se a exigir — e o povo corretamente o faz — notas fiscais de serviços. Ora, a SUNAB e o Ministério do Trabalho proibem a inclusão do valor da gorjeta na nota fiscal. Em consequência, as pessoas que se servem nos restaurantes e hotéis também não pagam a gorjeta por fora. Então, está havendo uma crise terrível para mais de um milhão de empregados da rede hoteleira do Brasil, porque eles não têm carteira assinada, e mesmo os que têm ganham apenas o salário mínimo, segundo o registro na carteira.

O Ministro do Trabalho e a SUNAB prometeram uma solução para o problema, mas, na verdade, não se tomou nenhuma providência. Devem estar chegando do Rio, amanhã, companheiros nossos, empregados de hotéis e restaurantes, que vêm discutir o assunto com a SUNAB e o Ministério do Trabalho. Urge que se tome uma providência, Sr. Presidente, porque é uma categoria imensa no País e que ficou desamparada por causa das medidas recém-adotadas pelo Governo. O Governo não previu o surgimento desse problema; eles também não previram que fosse assim. É difícil perceber ou prever uma reação desse tipo por parte da opinião pública. A verdade é que as gorjetas deixaram de ser pagas, porque, quando seu valor vinha incluído na nota de caixa, todo mundo pagava. Mas hoje, ao emitirem a nota fiscal, os donos dos restaurantes não incluem a gorjeta para não onerar o pagamento dos impostos. A conclusão é de que as gorjetas caíram em mais de 80% no País, o que significa que garçons, maitres etc estão ganhando menos 80% do que ganhavam. Esta é uma situação dramática. A única maneira de se minimizar o problema é o Ministério do Trabalho e a SUNAB estudarem uma fórmula para que a cobrança da gorjeta não onere os impostos, embora ela deva constar das notas fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputada Lúcia Viveiros.

A SRA. LÚCIA VIVEIROS (PFL — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em nome do Pará, o nosso sentimento de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Rômulo Maiorana, sem dúvida líder vitorioso da comunicação em nosso Estado e no País, tendo pontificado com o jornalismo escrito de "O Liberal" e a imprensa falada e televisada, sempre a serviço das causas maiores do povo e da terra paraenses. Como representante do povo e interpretando ainda o pensamento da Vice-Liderança do Partido da Frente Liberal, na Câmara dos Deputados, quero externar nossos sentimentos de tristeza a todos os redatores, repórteres, profissionais de oficina, de áudio e câmeras, sem dúvida a legião que Rômulo recrutou para bem servir o Pará.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Israel Dias-Nowaes.

O SR. ISRAEL DIAS-NOVAES (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Con-

gressistas, congratulo-me com o Presidente José Sarney pelo apoio com que o Governo tem distinguido o cinema nacional, neste momento crítico de afirmação e luta contra uma das piores crises dentre as muitas que atravessou no nosso País, desde o seu surgimento, há quase um século. Minada por uma profunda recessão que atinge todos os seus setores, da produção à exibição, da fiscalização aos serviços técnicos, a atividade, mesmo assim, tem dado provas de vigor e nível, atestados pelos êxitos obtidos neste ano de 86 por filmes brasileiros em certames internacionais de primeira grandeza: "A Hora da Estrela", da estreante Suzana Amaral, depois de arrebatá-la maioria dos prêmios no último Festival de Cinema de Brasília, repetiu o feito no Festival de Berlim, um dos mais prestigiosos festivais da Europa, que consagrou como melhor atriz a também estreante Marcela Cartaxo, e "O Beijo da Mulher Aranha", de Hector Babenco, que obteve nada menos de quatro indicações para o Oscar da Academia Americana, certamente o mais cobiçado troféu de todo o cinema mundial — e, concorrendo com os superorçamentos e os superastros de Hollywood, saiu premiado numa das principais categorias, a de melhor ator.

Nada mal para uma indústria ameaçada por problemas agudos de sobrevivência. De um lado, a concorrência do cinema estrangeiro, especialmente o norte-americano, uma vez que é impossível, dada a natureza do produto cinematográfico, colocá-lo sob a proteção do similar; do outro, o bloqueio econômico imposto pelos custos de produção, cada vez mais elevados e a inviabilidade de ressarir-se dos investimentos num mercado frágil e dilapidado. O filme estrangeiro que chega ao Brasil, além da aura de expectativa embalada pela maciça presença na mídia local e internacional, não precisa do nosso mercado para recuperar os seus custos: já entra ele pago no nosso País. Tudo o que conseguir entre nós é lucro, o que lhe dá muitos e muitos corpos de vantagem em relação aos nossos filmes que, esses sim, necessitam do nosso mercado para se viabilizarem. Mercado este que, no momento, não existe. O Brasil tem hoje menos da metade das salas de cinema que possuía em 1978. E, das que restaram, a maioria apresenta condições de conforto e qualidade técnica que vão do precário ao absolutamente péssimo.

O mercado de video-cassete doméstico, florescente em outros países, praticamente não existe no Brasil em termos econômicos, pois não remunera os detentores de direitos — é assolado pela pirataria. E a televisão? Nem pensar: a não ser em raríssimos casos, e mesmo assim mediante remuneração irrisória estabelecida unilateralmente pelas grandes redes, está fechada para o filme nacional, que, aliás, quando exibido no veículo, atinge níveis de audiência considerados excelentes. Isto sem falar na exploração indiscriminada da pornografia que, por não contar com uma legislação específica, "colabora" amplamente para a desorganização e deteriorização do mercado. Por sua vez, o mercado externo exige investimentos muito elevados e um prazo de maturação mais longo; de qualquer forma, nenhuma cinematografia se viabiliza, em princípio, através do mercado externo.

Dentro deste quadro, como exigir que a indústria cinematográfica brasileira caminhe por si só, num mercado que não oferece as condições mínimas à sua viabilização? Por não desconhecer a importância estratégica de uma forte indústria cinematográfica nacional, o Governo se empenha em recuperar a atividade, abrindo terreno para que ela possa florescer à luz dos anseios da sociedade civil. Neste momento, a sobrevivência do cinema nacional é imprescindível sem o oxigênio nele injetado pelo Estado.

Os primeiros passos já foram dados. A assinatura, pelo Presidente José Sarney, do decreto que define o filme nacional de longa-metragem, veio restaurar as garantias legais de exibição do filme brasileiro no território nacional, regulamentando a lei de reserva de mercado, que assegura ao filme nacional um terço das datas de exibição em cada sala.

Por sua vez, a própria reforma econômica e o Plano Cruzado deverão fazer retornar à atividade os recursos necessários ao desenvolvimento e à modernização da indústria cinematográfica nacional, recursos esses que o empresariado brasileiro preferia aplicar nas operações do mercado financeiro, em busca de maior rentabilidade.

A redução a zero das alíquotas do Imposto de Importação sobre equipamentos e insumos cinematográficos deverá baratear os custos de produção. A atuação da Sepplan e do Ministério da Fazenda junto aos órgãos encarregados de instrumentalizar o apoio governamental à atividade cinematográfica, inclusive a sua participação na comissão que pesquisou as origens da atual crise e elaborou proposta para uma política nacional de cinema; a capitalização da Embrafilme e as primeiras medidas visando à sua reestruturação, todos estes são indicadores certos da boa vontade e da disposição do Governo de engajar-se ativamente nesta batalha pela sobrevivência de uma indústria que gera milhares de empregos, movimenta um expressivo setor de serviços, e representa inegotável fonte de prestígio para o País no exterior.

O relatório da comissão que estabelece a política nacional do cinema declara a falência da atual estrutura de fomento à atividade e propõe a sua ampla reformulação. Modifique-se o que for necessário, busque-se novas alternativas, questione-se tudo, de alto a baixo. Inesgotável, apenas, a segurança de um presente e de um futuro para o cinema brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Wilmar Palis.

O SR. WILMAR PALIS (PDS — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, corrigir as distorções existentes no sistema educacional do País deve-se constituir numa das principais metas da Nova República, eis que a Educação é reconhecidamente o instrumento por excelência de promoção humana e desenvolvimento sócio-econômico.

Revelando uma consciência crítica das mais lúcidas sobre as falhas e carências do ensino particular, trabalhadores em Educação pertencentes a instituições privadas, representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura e demais entidades classistas da área, no Estado de São Paulo, levaram à consideração de S. Ex^a, o Sr. Ministro da Educação, através de memorial, uma série de reivindicações específicas em torno de problemas peculiares a esse ramo de ensino.

Alegam os profissionais em questão, com muita procedência, que, em face das leis salariais vigentes nos últimos 20 anos, os professores receberam um tratamento iníquo, em termos de remuneração, pois tiveram seus ganhos aviltados pelo processo inflacionário só agora estancado, quando já é grande a defasagem entre custo de vida e salários.

Acusam, mais, o surgimento, nesse mesmo período, de escolas que funcionam exclusivamente em fins-de-semana, burlando os preceitos técnico-pedagógicos mais elementares, além de cursos de educação pré-escolar atendidos por pessoas despreparadas para a delicada tarefa.

Para culminar, os cursos em apreço funcionam sem a devida regulamentação, fraudando, dessa forma, as expectativas de aproveitamento dos verdadeiros docentes, que vêem restringir-se ainda mais um mercado de trabalho já escasso.

Acreditando na valorização do ensino, em todos os níveis, como o caminho mais indicado para a construção de um futuro melhor para o Brasil, os educadores paulistas colocam reivindicações cujo atendimento resultará, certamente, na substancial melhoria das condições do ensino. Constatam elas de:

- regulamentação das pré-escolas e dos cursos livres;
- extinção das escolas que funcionam exclusivamente em fins-de-semana;
- limitação do número de alunos na sala de aula;
- instituição de um salário normativo para a categoria, compatível com a importância do trabalho educacional;

- substituição do regime de contratação de professores pelo sistema de hora-aula pelo de contratação em tempo parcial ou exclusivo de trabalho;

- exigência de que as verbas públicas doadas às instituições de ensino particular sejam empregadas prioritariamente na capacitação dos docentes e do pessoal técnico-administrativo;

- obrigatoriedade dos estabelecimentos de ensino atribuírem aos órgãos colegiados as tarefas de contratação e demissão de membros do corpo docente;

- direito à representação classista conferido à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura, junto ao Conselho Federal de Educação, assim como para as Federações de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino e aos Sindicatos de Professores junto aos Conselhos Estaduais de Educação, quando da reformulação dos mesmos.

Certo de que as postulações em causa enquadram-se rigorosamente nas melhores normas de orientação do ensino, vindo, se atendidas, a contribuir expressivamente para o aprimoramento da educação no Brasil, apelo ao Sr. Ministro e demais autoridades da área no sentido de que lhes conceda o melhor acolhimento, incluindo-as na pauta dos estudos de reestruturação do sistema educacional ora em curso nessa Pasta.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste Plenário, destinada à discussão das seguintes matérias vetadas parcialmente pelo Senhor Presidente da República.

Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1978 (nº 317/75, na origem), que regula o exercício da profissão de Técnico de Radiologia e dá outras providências; e

Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1985 (nº 1.698/83, na origem), que dispõe sobre a validação dos cursos superiores não reconhecidos.

O Sr. Antônio Mazurek — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. ANTÔNIO MAZUREK (PDS — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, dada a evidente falta de quorum nesta sessão, de acordo com o § 2º, art. 29, do Regimento Comum, peço a V. Ex^a que a encerre.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — É regimental o pedido de V. Ex^a, e a Presidência o defere. Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 10 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

VIA—SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 116,00
Semestral	Cz\$ 58,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0,17

SEÇÃO II (Senado Federal)

VIA—SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 92,00
Semestral	Cz\$ 46,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0,17

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, conta-corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF

CEP.: 70.160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cz\$ 0,17